

**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

MALENA BELLO RAMOS

**“MENINAS PRIVADAS DE LIBERDADE:
A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA
VULNERABILIDADE PENAL DE GÊNERO”**

**Porto Alegre
2007**

MALENA BELLO RAMOS

**“MENINAS PRIVADAS DE LIBERDADE: A CONSTRUÇÃO
SOCIAL DA VULNERABILIDADE PENAL DE GÊNERO”**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dr. Beatriz G. Aginsky

Porto Alegre

2007

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R175m Ramos, Malena Bello
Meninas privadas de liberdade: a construção social da vulnerabilidade penal de gênero. / Malena Bello Ramos. – Porto Alegre, 2007.
118 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, PUCRS.
Orientação: Profa. Dr. Beatriz G. Aginsky.

1. Serviço Social. 2. Adolescentes – Assistência Social. 3. Menores – Responsabilidade Penal.
4. Direito do Menor. 5. Políticas Públicas. I. Título.

CDD 364.36

Ficha elaborada pela bibliotecária Cíntia Borges Greff CRB 10/1437

MALENA BELLO RAMOS

**“MENINAS PRIVADAS DE LIBERDADE: A CONSTRUÇÃO
SOCIAL DA VULNERABILIDADE PENAL DE GÊNERO”**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 20 de dezembro de 2007.

Banca Examinadora:

Orientadora: Prof. Dr^a. Beatriz G. Aginsky

Prof^a. Dr^a. Patrícia Krieger Grossi

Prof^a. Dr^a. Patrice Schuch

*Dedico este trabalho a todas as
meninas que participaram desta pesquisa e
às demais que se encontram em privação de liberdade.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Bira e Marlene pela oportunidade de formação pessoal, baseada em princípios de respeito, amor, dignidade, justiça e humanidade. Aos meus irmãos, Audrey e Júlio André, por comporem minha família;

Aos meus filhos, Gabriel e Guilherme, minha razão de viver, pelo amor, apoio, compreensão e tolerância nos momentos ausentes e divididos;

Ao meu amor Jorge Luís, parceiro sempre incentivador, compreensivo, tolerante e bem humorado nas horas nada fáceis;

Ao eterno amigo Carlos Augusto, pela verdadeira substituição incansável de minha ausência aos nossos filhos, e por sempre acreditar e estimular meus ideais;

À minha querida orientadora Dra. Beatriz Gershenson Aginsky, excelente profissional, sempre muito afetiva, continente, exigente e dedicada, o meu sincero e carinhoso agradecimento;

Ao Fernando Albersheim Dias, profissional competente, parceiro constante, em minha trajetória, na elaboração desta dissertação;

À CAPES, pela possibilidade de realização desta pesquisa;

Aos funcionários da secretaria do programa de Pós-graduação em Serviço Social, Antônio e Juliana, por sua disponibilidade, carinho e competência;

Às professoras Dras. Patrice Schuch e Patrícia Krieger Gross por aceitarem compor a banca examinadora, proporcionando valiosas contribuições desde o exame de qualificação;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, em especial às Dras. Berenice, Gleny e Márcia Faustini por me inspirarem na importância da constante qualificação profissional;

A todos os colegas do NUPEDH, Núcleo de Pesquisa e Ética em Direitos Humanos;

Às colegas de profissão e mestrado, Fabiana Nascimento, Lúcia Capitão, Nileni e Rose, pelo constante companheirismo, parceria, amizade, estímulo, qualidade nas discussões e bom humor, que auxiliaram os momentos difíceis a ficarem mais leves, o meu eterno carinho e gratidão a vocês, gurias;

Aos meus colegas de trabalho do CASEF, em especial Ana Saraiva, Cristina Martins, Dóris, Liliane, Regina, Roberta e Sílvio, por acreditarem ser possível, pelo afeto, apoio e coleguismo nas discussões fervorosas e contributivas;

Aos colegas da Assessoria de Informação e Gestão da FASE, Eliane e Leonel, pela constante e incansável parceria na localização dos prontuários institucionais;

Ao Dr. Leoberto Narciso Brancher, Juiz da Vara de Execuções da Infância e Juventude de Porto Alegre, pela constante busca da qualidade na execução da MSE, e pelas autorizações e apoio concedido;

À servidora Greice do Cartório da 3ª Vara do Juizado da Infância e Juventude, pela disponibilidade e boa vontade em dar acesso aos processos estudados.

*“Nós vos pedimos com insistência nunca digam -
isso é natural diante dos acontecimentos de cada dia
numa época em que reina a confusão em que corre o sangue
em que ordena-se a desordem em que o arbítrio tem força de lei em
que a humanidade se desumaniza Não digam, nunca - isso é natural!”*

Bertold Brecht

RESUMO

O presente estudo tem, por finalidade, analisar a construção social da vulnerabilidade penal de gênero em meninas privadas de liberdade na FASE em Porto Alegre, a fim de contribuir com a qualificação de políticas públicas e com as intervenções técnicas do atendimento sócio-educativo voltado para essas meninas. Esta pesquisa constituiu-se em um estudo exploratório, sustentado na abordagem qualitativa, por meio do método dialético crítico. Embora a abordagem tenha sido qualitativa, foram utilizados também dados qualitativos quantificáveis, por meio da pesquisa documental, utilizando-se como fonte os prontuários sociais e de saúde institucionais e processos judiciais da 3ª Vara do Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, com meninas que estavam privadas de liberdade e seus familiares. Trabalhou-se com as seguintes categorias teóricas a priori: políticas públicas, gênero e vulnerabilidade penal, e, no decorrer do estudo, emergiram, como categorias explicativas do real, a violência, desqualificação social e exclusão subjetiva por deslocamento de estereótipo de gênero. O estudo voltou-se para investigar a situação de meninas que precocemente acessam a socioeducação, observando-se, desse mirante, a possível seletividade do sistema penal, que desde muito cedo se inicia pelos agentes socializadores. São trajetórias de vida cujas vivências e experiências de sociabilidade se realizam e se reconhecem pela violência, acabando por naturalizar-se. Verificou-se que as trajetórias de vida das meninas são marcadas por ações de enfrentamento aos papéis tradicionais de gênero, decorrendo inicialmente em transgressões em casa (espaço privado) e após chegando ao espaço público (escola, programas protetivos, comunidade); que há uma não contemplação por parte das políticas públicas no que tange às demandas das meninas e seus grupos familiares, referindo-se aqui não ao acesso, mas sim à incapacidade de incluir as particularidades de gênero, endereçando a proteção à socioeducação; que a socioeducação garante, na maioria das vezes, o acesso, mas não garante a qualidade e efetivação do serviço prestado; que se trata de políticas públicas despreparadas para ações afirmativas, que garantam o direito e a equidade entre os cidadãos não de forma generalizada, mas que considere suas particularidades, suas singularidades.

Palavras-chave: Privação de liberdade. Gênero. Políticas públicas. Vulnerabilidade penal.

ABSTRACT

The present study purpose is to analyse gender penal vulnerability in freedom deprived girls at FASE in Porto Alegre, in order to contribute to qualify public policies and with technical interventions in social-educational care given to these girls. This research consists of an exploring study, supported by qualitative approach, through dialectical critical method. Although the approach has been qualitative, it has used qualitative qualified data as well, through a documental research, using as source social and health institutional promptuaries and legal proceedings of 3rd jurisdiction of Infancy and Youth District Judge of Porto Alegre. There were held interviews with these freedom deprived girls and also with their relatives. It worked with the following theoretical categories: public policies, gender and penal vulnerability, and during this study appeared as explicative categories from reality and violence, social disqualification and subjective exclusion due to free sexual orientation. This study started to investigate these girls situation that access social-education precociously. From this view point it has observed a possible penal system seletivity, that since very early is initiated by social agents. They are lifetime courses where social experiences are achieved and are recognized by violence, becoming natural. It has found out that these girls lifetime courses are marked by facing traditional gender roles, starting at first with violentions at home (private space) and later advancing into public space (school, protective programs , comunity). It has found out that there is no comtemplation from Public Policies regarding these girls and their relatives demands. Here it is not referred to access, but to the incapacity of including these gender particularities, addressing protection to social-education. Social-education guarantees access but it does not guarantee quality and effectiveness of service. We are dealing here with Public Policies that are not prepared for affirmative actions that guarantee the right and fairness among citizens not in a generic way, but in a way that considers their paticularities, their singularities.

Key-Words: Freedom deprived. Gender. Public policies. Penal vulnerability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Sistema de garantia de direitos.....	37
Quadro 1 - Tempo de privação de liberdade das meninas analisadas.....	53
Quadro 2 - Sujeitos da Pesquisa Documental.....	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População em cumprimento de MSE por gênero - comparação 2002/2006 (taxa de crescimento)	34
Tabela 2 - Municípios de procedência das adolescentes	59
Tabela 3 - Atos Infracionais cometidos pelas adolescentes	61
Tabela 4 - Desfecho das Internações Provisórias recebidas pelas adolescentes	63
Tabela 5 - Desfecho das Regressões de Medida recebidas pelas adolescentes.....	63
Tabela 6 - Referenciais Familiares	65
Tabela 7 - Posição entre irmãos, ocupadas pelas adolescentes.....	67
Tabela 8 - Experiência de violência doméstica sofrida pelas adolescentes	69
Tabela 9 - Experiência de abuso sexual sofrido pelas adolescentes	70
Tabela 10 - Envolvimento familiar em Ato Infracional	71
Tabela 11 - Escolaridade das adolescentes.....	73
Tabela 12 - Experiência social de risco.....	74
Tabela 13 - Método Contraceptivo utilizado N= 17	75
Tabela 14 - Experiência de gestação pelas adolescentes N= 17.....	76
Tabela 15 - Uso de drogas pelas adolescentes N= 17.....	77

LISTA DE SIGLAS

CASEF	-	Centro de Atendimento Sócio-educativo Feminino
CNAS	-	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	-	Centro de Referência de Assistência Social
DEPAS	-	Departamento de Assistência Social da Secretaria do Trabalho e Habitação
DST	-	Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECA	-	Estatuto da Criança e do Adolescente
FASC	-	Fundação de Assistência Social e Cidadania
FASE	-	Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul
FEBEM	-	Fundação Estadual do Bem Estar do Menor
FUNABEM	-	Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICPAE	-	Internação Com Possibilidade de Atividade Externa
IDH	-	Índice de Desenvolvimento Humano
IP	-	Internação Provisória
ISPAE	-	Internação Sem Possibilidade de Atividade Externa
LA	-	Liberdade Assistida
MSE	-	Medida Sócio-Educativa
PEMSEIS	-	Programa de Execução de Medidas Sócio-Educativas
PSC	-	Prestação de Serviço a Comunidade
RM	-	Regressão de Medida
SAM	-	Serviço de Amparo ao Menor
SESME	-	Serviço Social do Menor
SINASE	-	Sistema nacional de Atendimento Sócio-Educativo
SL	-	Semi-liberdade
SUAS	-	Sistema Único de Assistência Social
SUS	-	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 A SELETIVIDADE DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO E A QUESTÃO DE GÊNERO	17
2.1 VULNERABILIDADE PENAL JUVENIL: POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTADO PENAL E GÊNERO	17
2.2 SUPRESSÃO DE LIBERDADES: SIGNOS PERVERSOS DO CONTROLE FORMAL E INFORMAL DIRIGIDO ÀS MULHERES	32
3 MENINAS PRIVADAS DE LIBERDADE: SITUANDO O ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	36
3.1 A SOCIOEDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA - SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	36
3.2 A EXECUÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA PELA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL - FASE	38
3.2.1 Centro de Atendimento Sócio-Educativo Feminino - CASEF	41
4 A TRAJETÓRIA DA INVESTIGAÇÃO SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA VULNERABILIDADE PENAL DE GÊNERO	45
4.1 TIPO DE ESTUDO	46
4.2 CATEGORIAS	47
4.3 SUJEITOS DA PESQUISA	49
4.4 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS E INSTRUMENTOS	49
4.5 O ANDAR DA INVESTIGAÇÃO	51
4.6 REFERENCIAL PARA ANÁLISE DOS DADOS	54
5 A VULNERABILIDADE PENAL DE GÊNERO: A EXPERIÊNCIA SOCIAL DE MENINAS PRIVADAS DE LIBERDADE	57
5.1 A CONDIÇÃO DE VIDA	57
5.2 O MODO DE VIDA	78

5.3 POR ALGUMAS PALAVRAS DE SÍNTESE SOBRE A EXPERIÊNCIA SOCIAL DAS MENINAS PRIVADAS DE LIBERDADE	89
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	94
APÊNDICES	102
APÊNDICE A - Roteiro de pesquisa documental	103
APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semi-estruturada com adolescente.....	105
APÊNDICE C - Roteiro de entrevista semi-estruturada com familiares	107
APÊNDICE D - Termo de consentimento informado livre e esclarecido (adolescentes).....	109
APÊNDICE E - Termo de consentimento informado livre e esclarecido (familiar).....	111
ANEXOS	113
ANEXO A - Autorização da Presidente da FASE	114
ANEXO B - Autorização do Sr. Juiz da 3ª Vara da Infância e Juventude	115
ANEXO C - Parecer do Comitê Científico da FSS - PUCRS.....	116
ANEXO D - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS	117

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação volta-se para a análise da constituição da vulnerabilidade penal a partir da trajetória de vida de meninas privadas de liberdade, em cumprimento de medida socioeducativa¹ no Rio Grande do Sul.

A escolha deste tema se deu pelo desafio concreto de contribuir para qualificar o trabalho realizado, como Assistente Social, em uma unidade feminina de privação de liberdade, FASE-RS (Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do RS), denominada CASEF (Centro de Atendimento Sócio-Educativo Feminino).

No cotidiano do trabalho, observa-se quanto fragmentado e isolado é, na maioria das vezes, o conhecimento das diversas situações que se delinearam e ainda se delineiam nas trajetórias de vida dessas adolescentes. Ainda mais grave é o quanto tal fragmentação é partícipe, do ponto de vista da intervenção técnica com adolescentes em privação de liberdade, na reprodução de cadeias de violência. O trabalho desenvolvido em instituições totais tende a ser cerceador, alienante e árido. É um trabalho que absorve, invade e captura o profissional para o pragmatismo, ativismo e imediatismo. É uma atividade que contamina e acomoda a não reflexão, a conformação com o senso comum.

Cabe ao profissional buscar alternativas de ruptura a esse instituído, de forma a refletir suas intervenções, posições, referenciais teóricos utilizados (quando utilizados), a partir de criatividade, produção de práticas que estejam sintonizadas com as demandas postas pela realidade e orientadas pelo projeto ético-político profissional. Segundo o Código de Ética do Serviço Social, são alguns dos princípios fundamentais da profissão:

reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a elas inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia

¹ A expressão **sócio-educativo** aparecerá assim transcrita ao longo do trabalho toda vez que se referir às seguintes instituições - FASE e CASEF - e aos programas - PEMSE e PEMSEIS. No entanto, nas demais situações aparecerá transcrita conforme a língua corrente: **socioeducativo**, **socioeducativa** e **socioeducação**.

dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras; posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática [...] (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993, p. 31-32).

Na trajetória profissional da pesquisadora, como Assistente Social, na execução de medidas sócio-educativas de privação de liberdade, por meio das entrevistas realizadas com adolescentes e familiares, discussões de casos, visitas domiciliares, reunião de equipe, reuniões de categoria, participação em eventos relacionados ao tema, observava-se o quanto ainda eram desconhecidas e superficiais as apreensões acerca do ato infracional, manifestação essa aparente de múltiplas expressões da questão social².

Assim, objetivou-se nesta dissertação a análise das interfaces da questão de gênero e das políticas públicas na construção social da vulnerabilidade penal na experiência social de meninas privadas de liberdade, com vistas a contribuir para qualificação das políticas públicas preventivas e das proposições para a intervenção técnica junto à FASE (Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul).

A pesquisa constituiu-se em um Estudo Exploratório, sustentado na abordagem qualitativa, por meio do método dialético-crítico.

Está estruturada em seis capítulos, constituindo-se o primeiro pela Introdução do tema, o segundo sobre “A seletividade do sistema sócio-educativo e a questão de gênero”, abordando as políticas públicas, estado penal e o poder punitivo à mulher; o terceiro sobre “Meninas privadas de liberdade: situando o atendimento socioeducativo”, buscando a contextualização do CASEF - Centro de Atendimento Sócio-Educativo Feminino, ao nível das normativas nacionais e internacionais que orientam o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo; o quarto que diz respeito à “Trajetória da Investigação sobre a Construção Social da Vulnerabilidade Penal de Gênero”, relatando as etapas do processo de pesquisa, o quinto capítulo, denominado “A Vulnerabilidade Penal de meninas Privadas de

² Questão Social: “Apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social [...] contrastando com a desigual distribuição da riqueza entre grupos e classes sociais” (IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 27). “Sendo desigualdade é também rebeldia”, resistência (*Ibid.*, 2003, p. 28).

Liberdade”, que reúne as inferências e reflexões construídas pela pesquisadora, na trajetória percorrida em busca de respostas mais aproximadas às questões norteadoras e aos objetivos específicos que balizaram este estudo, e por último, as considerações finais.

2 A SELETIVIDADE DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO E A QUESTÃO DE GÊNERO

2.1 VULNERABILIDADE PENAL JUVENIL: POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTADO PENAL E GÊNERO

A sociedade brasileira vem conservando os traços da sociedade colonial escravista, severamente hierarquizada e autoritária em que

as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior que manda e um inferior que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência (CHAUÍ, 1998, p. 11).

O outro é desconhecido como sujeito de direitos, desconsiderando-se a subjetividade e alteridade, ou seja, traços gerais que se repetem nas diferentes esferas sociais, da família ao estado, nas relações de trabalho, escola, cultura, etc.

Havia uma cultura e uma experiência de vida baseadas na percepção de que o mundo, a "ordem natural das coisas" era hierarquizada; de que as pessoas, por suas "qualidades" naturais e sociais, ocupavam posições distintas e desiguais na sociedade. Acerca da história da organização econômica no Brasil, ainda afirma Evaldo Vieira (2004) que em nosso país se firmou o princípio do privilégio, e não o da igualdade ou liberdade; o latifúndio sem investimento; a utilização injusta e irracional da riqueza; a regalia dos militares; o assistencialismo; a caridade dos poderosos; e o favor, "uma das chaves da corrupção". É nessa esteira que as Políticas Sociais vão sendo desenhadas, estruturadas e concebidas.

No contexto de crise e de mundialização do capital, o Brasil, a partir da década de 1990, passa a implementar programas de ajuste estrutural e de estabilização econômica para adequar o país à nova ordem econômica. Esse conjunto de medidas aparecia também, como alternativa de desenvolvimento econômico para a crise que o Brasil enfrentou nos anos 1980. A crise gerada pelo processo de ajuste econômico, que caracteriza os anos 1990 no Brasil, aprofundou

algumas tendências já presentes em décadas anteriores, introduzindo, porém, novas e relevantes mudanças no perfil do trabalho e do rendimento.

Em linhas gerais, o Brasil, como país subdesenvolvido, passou a seguir o receituário neoliberal, que consiste em uma prática política e econômica como resposta à crise estrutural do capital, preconizando a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalhado e a desmontagem do setor produtivo estatal (ANTUNES, 1999; 2003; CHAVES, 2004), acarretando o desemprego em dimensão estrutural, a precarização do trabalho e o estímulo ao consumismo.

Ao final do século XX, início do XXI, é que o mundo do trabalho se tornou realmente globalizado, provocando uma série de reconfigurações. A nova divisão internacional do trabalho se dá pela transição do fordismo ao toyotismo ou acumulação flexível. Caracteriza-se pela dinamização do mercado mundial, por trabalhadores extremamente capacitados e qualificados, incremento tecnológico, compressão do espaço/tempo, individualismo, intensificação da exploração da mão-de-obra, enfraquecimento dos movimentos e sindicatos, desemprego estrutural, aumento da competitividade, precarização do trabalho, aumento no setor de serviços e do trabalho informal (HARVEY, 2001). A questão social se mundializa, embora não se devam desconsiderar os aspectos locais, regionais e nacionais.

Ocorrem mudanças no mundo do trabalho, tanto em nível qualitativo como quantitativo, que irão afetar não só os arranjos e a dinâmica das forças produtivas, mas também a composição e a dinâmica da classe operária. O modo de produção e organização de uma sociedade impõe a forma da sociedade ser e as implicações desta sobre os indivíduos que a compõem. Cada vez mais, os impactos destrutivos das transformações provocadas pelo Capitalismo contemporâneo vão deixando marcas nessa população que sofre a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo, sinais que muitas vezes anunciam a desqualificação dos sujeitos na sociedade (PAUGAM, 1999).

Há diferenças consideráveis nos padrões de bem-estar ao se levar em conta a quantidade de bens e serviços produzidos e a quantidade de bens e serviços consumidos. A acumulação de riqueza de um lado contrasta com a inexistência de posses de outro. A conhecida história de muitos terem pouco e poucos terem muito retrata bem a distribuição dos benefícios propiciados pelo desenvolvimento científico e tecnológico na sociedade moderna. Daí serem ricos os que detêm o poder de

comandar e de acumular bens e serviços, e pobres os que não têm acesso a essa ordem e progresso estabelecidos.

[...] A riqueza e a pobreza têm nomes. Elas não expressam abstração pura e simples, entidades idealizadas, distintas apenas na mente e na linguagem. Entre os pobres, as pessoas nascem, porém inexistem socialmente, não por causa da exclusão e sim porque se originam do lado de cá da apropriação dos bens sociais. Por isso, em vez de a política social do sem-nome, a política social deve ser a dos “com nome”, pois riqueza e pobreza possuem não somente nomes, como raízes históricas diversas (VIEIRA, 2004, p.115).

Na perspectiva de que tanto o trabalho como a família, são constituinte das identidades dos sujeitos, e de que o vínculo predominante na sociedade moderna permanece sendo a integração pelo trabalho, destaca-se que as transformações produtivas adquirem relevância nas trajetórias de empobrecimento e exclusão social dos sujeitos, com profundas conseqüências na estabilidade das instituições sociais. Assim entende-se como fundamental uma reflexão mais aprofundada a respeito dos fenômenos que vêm incidindo nas trajetórias de vidas das famílias das adolescentes autoras de ato infracional, pois a família é uma construção social, modificada pelo percurso da história e permeada pelas implicações dessa sociedade sobre seus membros.

O circuito de carências nutricionais, crise familiar e deserção da escola conduzem à impossibilidade de competir no mercado de trabalho, ao desemprego e à precarização, os quais se transmitem às gerações seguintes. Em realidade os pobres não participam da vida econômica, social e política, e, ao serem excluídos da economia e da sociedade, nega-se a eles o direito de lutar para se livrarem da pobreza.

Atualmente, a articulação do trabalho, direitos e proteção social, sem o alcance da institucionalidade, encontra-se em crise, fazendo parte dessa crise as políticas sociais, seu reordenamento e sua subordinação às políticas de estabilização da economia. Identifica-se uma imensa fratura entre as necessidades e as possibilidades efetivas de acesso aos bens, serviços e recursos sociais.

É um quadro social que se revela no crescente empobrecimento das famílias brasileiras, que, cada vez mais, são submetidas a condições de vida e de trabalho extremamente precárias. Pode-se observar que o rendimento familiar em nível

nacional, em salários-mínimos em 1999, era de 27,6% de famílias com uma renda mensal de até 2SM (salário-mínimo) e 32,2% com uma renda mensal entre 2 e 5 SM, sendo o número médio de pessoas por famílias de 3,4.³

É nesse cenário - em que se conjugam as faltas de emprego, o trabalho precário, a deterioração das condições e das relações de trabalho - que os trabalhadores e suas famílias enfrentam o seu cotidiano, permeado, muitas vezes, de situações em que predomina a violência em seu modo de vida.

Conforme Pochman (1999, p. 21), “o cidadão que fica fora do mercado de trabalho, além de ficar privado materialmente, poderá ficar restrito ao exercício de seus direitos de segurança socioeconômica e de auto-estima”. O autor ainda segue afirmando que “a generalização do desemprego por longo tempo pode implicar, muitas vezes, a maior fragilidade ante os demais riscos da sociedade, pois o quase pleno emprego foi uma das principais garantias do estado de bem-estar-social” (POCHMAN, 1999, p. 21).

Assim, a propagação de ocupações informais, irregulares, temporárias, geradoras de desqualificação dos sujeitos, aparece como atividade economicamente possível. A violência é um fenômeno presente, ocorrendo quando na interação entre as pessoas, umas causam danos a outras tanto em nível físico, como moral, de possibilidades de posse e/ou de participação (MICHAUD, 2001), “é um ato de brutalidade e abuso, caracterizado por relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror” (CHAUÍ, 1998, p. 2).

A violência é a própria pobreza; a miséria, as condições de vida das pessoas. A pobreza não é a causa da violência, mas sim a ruptura do tecido social, a falta de condições para garantir a estrutura das famílias, a desigualdade e os conflitos. Para Kliksberg (2002), a violência possui íntima relação com a exclusão social, ou seja, com as desigualdades e o não-acesso à riqueza e cidadania.

A violência e a vulnerabilidade social são fenômenos que se vêm acentuando no mundo contemporâneo. Entender a relação entre eles é um desafio, tornando elementar destacar que os jovens de classes populares, se comparados a outros estratos da sociedade, são uns dos grupos mais atingidos por esses fenômenos.

³ Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1999 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Valor do Salário-Mínimo em Setembro de 1999: R\$ 136,00.

Vários estudos⁴ demonstram que a precariedade dos serviços públicos e das condições de vida, a falta de oportunidades de emprego e lazer e as restritas perspectivas de mobilidade social poderão funcionar como potenciais motivadores de ações violentas, justificando a importância das “expressões do cotidiano microsocial, particular, não se esgotarem nelas mesmas e indicarem demandas que necessitam ser remetidas aos processos macrosociedadeiros” (SIMIONATO, 1998, p. 14).

As políticas sociais governamentais são entendidas como um movimento multidirecional resultante do confronto de interesses contraditórios e também enquanto mecanismos de enfrentamento da questão social, resultantes do agravamento da crise socioeconômica, das desigualdades sociais, da concentração de renda e da agudização da pauperização da população, ou seja, no enfrentamento às expressões da questão social, sob a perspectiva da garantia de direitos, é que são formuladas as políticas sociais.

Para Cunha e Cunha (2002, p. 12), as políticas públicas podem ser compreendidas como:

[...] linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei. É mediante as políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da sociedade. Por isso, o direito que as fundamenta é um direito coletivo e não individual.

O ato infracional cometido pelas adolescentes privadas de liberdade vem dar visibilidade às expressões da questão social que seus grupos de pertencimento, ou grupos familiares, vêm sofrendo no decorrer de suas trajetórias de vida. A lógica neoliberal tende à privatização das expressões da questão social, à particularização,

⁴ Desde 1997, a UNESCO-Brasil iniciou uma série de pesquisas centradas nos temas de juventude, violência e cidadania. Alguns dos livros que resultaram dessas pesquisas são os seguintes: Juventude, Violência e Cidadania nas Cidades da Periferia de Brasília (1998); Gangues, Galeras, Chegados e Rappers - Juventude, Violência e Cidadania nas Cidades da Periferia de Brasília (1999); Cultivando Vidas, Desarmando Violências - Experiências em Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Cidadania com Jovens em Situação de Pobreza, (2001); Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas (2002) e Escolas Inovadoras: Experiências Bem-Sucedidas em Escolas Públicas (2003) e Políticas Públicas de/para/com juventudes (2004).

numa perspectiva de desfocar o papel fundamental do Estado, colocando nos sujeitos e/ou grupos, a responsabilidade de tamanha fragilização.

A redução do Estado de Bem-Estar Social e a fragilização do Estado-Nação, marca do ideário neoliberal, vem empurrando massas humanas para a exclusão social. Incapaz de fornecer respostas no plano das políticas sociais, o Estado oferece a esses setores marginalizados apenas o braço forte da sua política de segurança, a privação da liberdade, a punição.

Como nos alerta Loïc Wacquant (2001), a redução do Estado de Bem-Estar Social, promovida pelas políticas neoliberais, foi acompanhada pelo crescimento do Estado Penal, como uma necessidade de fortalecimento dos vínculos de controle social diante de uma população cada vez mais miserável.

Nessa lógica de penalização da pobreza e da redução da ação estatal em termos de políticas sociais, novas categorias são compreendidas como “perigosas” em particular, as que acabam exercendo sua cidadania por meio de ações de enfrentamento à ordem legal estabelecida, exigindo novos mecanismos de controle social, no qual o Poder Judiciário vem exercendo papel fundamental.

O ideário neoliberal se firmou num mundo cada vez mais sem fronteiras, apresentando-se como única alternativa viável (seja no âmbito político, econômico, social, ideológico e mesmo em termos de uma nova ética) à crise do capital vivida nas últimas décadas. Apostando no mercado como única força de regulação do social, essa nova ordem dissemina por toda a sociedade sua lógica mercantil, onde tudo e todos têm um preço, transformados em mercadorias prontas ao consumo. Se por um lado alguém acumula mais, outros se privam de bens. Quando tais bens são acumulados nas mãos de poucos privilegiados, por serem limitados, faltarão para os demais: este é o modo de agir do Capitalismo neoliberal.

Assim, a apreensão das expressões da questão social não pode ser dissociada de um contexto marcado por disputas entre demandas societárias diversas, mediatizadas por relações de classe, gênero, etnia/raça e idade. Destaca-se que a desigualdade, até aqui assinalada, não se limita apenas a uma visão economicista. Isso porque a diferença de renda é um dos aspectos do fenômeno da desigualdade, dentre outros tantos como: acesso à educação, saúde, previdência social, trabalho, lazer, cultura, habitação.

O estudo e desvendamento das expressões da questão social que se relacionam com o fenômeno da privação de liberdade como respostas da esfera

pública ao cometimento de atos infracionais pela juventude é de fundamental importância. É relevante que se considere não apenas o fenômeno (ato infracional em si), mas que se busque a totalidade, a multidimensionalidade, a síntese das múltiplas relações que o condicionaram, pois, segundo Faleiros (1999, p. 72), “As questões que se colocam nas situações singulares não podem reduzir-se à simples representação de cada agente, mas precisam se inscrever em questões mais amplas para se ver como esta interpretação está-se transformando [...]”.

O tema privação de liberdade ganha contornos particulares na relação com a juventude, e ainda são recentes, complexos e com parca exploração científica estudos que conectem esse tema à questão de gênero. Revisada a bibliografia existente⁵, verifica-se que são escassos os estudos, que apontem com maior precisão as manifestações e implicações da questão social, nas suas particularidades e na sua totalidade, com relação específica a este segmento: meninas privadas de liberdade. Nesse sentido, é provável que a pouca expressividade numérica do fenômeno repercuta na incipiente produção de conhecimento a respeito, o que implica na reprodução social da invisibilidade do fenômeno. Cabe salientar que, na revisão realizada, verificaram-se inúmeras produções com temas transversais que, de alguma forma, prestaram sua contribuição.

A população feminina em cumprimento de MSE (medida socioeducativa) é insignificante, se comparada quantitativamente à masculina, ou seja, no Brasil, o mundo das internações é predominantemente masculino. Conforme documento da UNESCO (2004, p. 19), “[...] os jovens enfrentam diversas vulnerabilidades, são sujeitos de direitos e atores estratégicos do desenvolvimento”. E, segundo o Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei (SINASE, 2006), 3,68% dos adolescentes cumprindo medida privativa de liberdade são meninas. Assim as questões da vulnerabilidade assumem feições particulares por questões de gênero.

Faz-se necessária a legitimação e a garantia de direitos dos jovens brasileiros, por meio de políticas públicas que contemplem mecanismos de proteção indispensáveis aos que se encontram em situação de vulnerabilização social, o que o ECA procura garantir, estruturando-se:

⁵ **Filhas do mundo:** infração juvenil feminina no Rio de Janeiro, **Prisioneiras:** vida e violência atrás das grades e **Jovens mulheres:** identidades, vivências e transgressão.

[...] em 3 sistemas de garantias, harmônicos entre si: prevenção primária (políticas públicas), prevenção secundária (medidas de proteção) e prevenção terciária (medidas sócio educativas), com acionamento gradual a cada um deles, a medida que a criança/adolescente for escapando a cada um (SARAIVA, 2003, p. 64) .

O termo adolescência designa o período de transição entre a infância e a fase adulta. Mas de que período está se tratando? De um período nos quais muitas mudanças ocorrem; mudanças de ordem biológica, psicológica e social, que irão variar conforme a cultura da sociedade na qual estejam inseridas, a etnia, classe social e gênero a que pertençam. Observa-se certo consenso no que se refere a um limite de idade inferior para caracterizar a juventude. No entanto, o limite para a idade superior enfrenta uma diversidade de opiniões. Assim, adotar-se-á neste estudo, a juventude como expressão que compõe “[...] significados distintos para pessoas de diferentes extratos socioeconômicos, e é vivida de maneira heterogênea, segundo contextos e circunstâncias” (UNESCO, 2004, p. 25), e, como expressão construída socialmente, relacionada a formas de ver “[...] o outro/a outra [...]” (UNESCO, 2004, p. 26).

Percebe-se que há uma crescente abrangência no termo juvenil, a partir das transformações societárias, à medida que há uma mudança do rural para o urbano, do agrário ao industrial, e deste último à atual sociedade do conhecimento. É sob essa ótica que se pretende refletir e intervir no coletivo, refutando uma visão fragmentada por tipo de jovens e acreditando que há aspectos comuns a todos os jovens, como “[...] a obtenção da condição adulta, como meta; a emancipação e a autonomia como trajetória; o desejo pela construção de uma identidade própria e a interação entre os pares como processo de socialização” (UNESCO, 2004, p. 26). A globalização traz aos jovens uma série de novidades, incertezas e riscos. Traz aos jovens e às suas famílias um processo de vulnerabilização social, a partir de sua própria desqualificação conseqüente das transformações societárias que produzem desigualdades.

Considera-se importante elucidar a respeito da diferença entre os conceitos de juventude e adolescência:

[...] no que se refere aos aspectos social, cultural e emocional. O termo juventude tem um sentido dinâmico e coletivo, e nos remete a um segmento populacional que faz parte de uma determinada sociedade, ao passo que a adolescência nos conduz a um aspecto mais relacionado ao plano individual e demarcado cronologicamente (WAISELFISZ et al., 2004, p. 16) .

Faleiros (1999) afirma que no momento em que as pessoas se fragilizam, se descapitalizam, chegam ao Serviço Social em suas trajetórias, e que esse encontro geralmente se dá numa instituição, o que ratifica a relevância de identificarmos as fragilizações mais incidentes ocorridas no percurso de vida das adolescentes privadas de liberdade, bem como sua relação com as políticas públicas.

As trajetórias sociais são processos de desestruturação como de estruturação de referências e Patrimônios, pela articulação ou desarticulação de relações sociais num tempo e num espaço determinados onde se produzem mudanças nas formas de reprodução como de identificação social. Esta perda ou aquisição de patrimônios está vinculada tanto a processos contextuais como as biovias (termo que proponho para designar os caminhos da vida) da família, de redes de pertencimento, de vizinhanças (FALEIROS, 1999, p. 75).

Afirma-se que as formas de ruptura dos vínculos sociais e as fragilizações vivenciadas pelos sujeitos denotam um acúmulo de déficit e precariedades de cidadania, não significando necessariamente a exclusão, embora a ela possa conduzir. A família deve ser percebida como um processo interativo da vida e das trajetórias individuais de cada um de seus integrantes.

Faz-se necessário um contínuo acompanhamento do processo de mudança que as afetam, bem como o desenvolvimento de perspectivas e abordagens teóricas que possibilitem o seu entendimento, cobrindo não somente os aspectos relacionados ao mundo intrafamiliar, como também os relacionados à dinâmica das políticas sociais no país (FERRARI, KALOUSTIAN, 2002, p. 12).

Privados de direitos garantidos por lei, de contrato que funda a chamada cidadania regulada, emergem homens, mulheres, jovens e crianças destituídas do trabalho, da cidadania, fixando-se no limiar da ordem e da desordem. A

criminalidade e a violência estão presentes em todas as partes. Entretanto, as periferias urbanas e as favelas são o *lócus* onde esses problemas aparecem de forma mais exacerbada, mesclando-se com as condições de fragilização social em que vive grande parte da população dessas localidades.

Segundo Faleiros (1988), a ruptura com as redes de trabalho, familiar, legal, institucional e escolar remete o adolescente ao desenvolvimento de estratégias de sobrevivência produzidas fora dos padrões de socialização, fora da rede. Uma ruptura que implica o abandono gradativo de padrões morais, que, no interior dessas relações, já possuíam grande vulnerabilidade.

Como as comunidades mais pobres estão mais expostas à violência, é comum fazer o raciocínio simplista de que a pobreza é a principal causa da violência urbana, ou que os atos violentos são cometidos pelos pobres, em um processo reducionista e de desqualificação total dos sujeitos. Ao se estabelecer uma relação direta entre pobreza e violência, corre-se o risco de se fazer uma análise unilateral e simplificada que considera que as pessoas, em um contexto de privação, buscam a satisfação de suas necessidades apenas por meio da transgressão e da criminalidade. Na verdade, tal associação rápida, entre pobreza e violência, cai em um determinismo fatalista que as ciências sociais brasileiras, há muito, recusam como modelo aceitável de explicação do comportamento criminoso e/ou violento (ZALUAR, 1985; COELHO, 1988, PAIXÃO, 1988).

Portanto, pensar a violência, especialmente aquela praticada e sofrida pelos jovens, requer a superação das noções cristalizadas em nível do senso comum, como forma de se apreender, de forma adequada, a complexa rede de fatores que intervêm na explicação da delinqüência juvenil. A violência é um fato social, a realidade é construída socialmente, e é de fundamental importância que se analisem os processos dessas construções, em meio em que relações e contextos são forjados. Uma das possíveis conseqüências produzidas por essa lógica é a incorporação de sujeitos em uma escala de consumo incompatível com os seus recursos, aumentando a sensação de privação e podendo provocar rompimentos com o sistema normativo legal.

Há que se considerar ainda o fato de que os jovens são particularmente suscetíveis ao apelo do risco e têm sua identidade social construída, em grande parte, com recurso à idéia de transgressão, o que configura um complexo quadro de vulnerabilidade que a pobreza, ou, de forma ainda mais ampla, a desigualdade

social ainda potencializa. Nesse sentido, a existência de deficiências e barreiras de acesso dos jovens pobres à educação e ao trabalho - os dois principais mecanismos, considerados lícitos, de mobilidade e inclusão social da nossa sociedade - bem como às estruturas de oportunidades disponíveis nos campos da saúde, lazer e cultura contribuem para o agravamento da sua situação de vulnerabilidade social.

Volpi (2001) em recente pesquisa efetuada em 2001, sobre a privação de liberdade na concepção do adolescente, confirma que é preciso reconhecer que o processo de fragilização do adolescente não ocorre somente a partir da internação. Coloca que na história de cada um já se configurava uma ausência de uma retaguarda que o ajudasse a compreender os limites sociais e a enfrentá-los de forma cidadã. Surgiu com muita força a afirmação dos entrevistados da pesquisa de Volpi, de que, se alguém lhe houvesse imposto um limite anteriormente, talvez a situação não se houvesse agravado.

Já no preâmbulo da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (20/11/89), os Estados Partes declaram-se 'convencidos de que a família, como elemento básico da sociedade e meio natural para o crescimento e o bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças, deve receber a proteção e assistência necessárias para poder assumir plenamente suas responsabilidades na comunidade (BECKER, 2002, p. 60).

Assim, tendo em vista a fase complexa de vida que caracteriza a juventude, a situação em que vivem os (as) jovens de camadas populares, permeada por incertezas, inseguranças, transformações, perdas, desafios, imediatez, as esferas convencionais de sociabilidade já não oferecem respostas suficientes para preencher as suas expectativas. Nos vazios deixados por elas constitui-se uma particularidade da vulnerabilidade social, que chamaremos de vulnerabilidade penal. A juventude, principalmente a procedente das classes mais empobrecidas, encontrando-se nesse contexto, estará vulnerável a busca de outra dimensão de sociabilidade, de pertencimento e de reconhecimento, cuja marca principal poderá ser a transgressão.

A vulnerabilidade é decorrência de uma relação histórica entre segmentos sociais diferenciados, cujas discrepâncias se transformam em desigualdades. Estas

presentes nas relações sociais, culturais, políticas, étnicas, de gênero e econômicas, podendo manifestar-se de modo individual ou coletivo.

Por vulnerabilidade social entende-se:

O resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidades sociais dos atores (ABRAMOVAY et al., 2002, p. 13).

A vulnerabilidade penal dos sujeitos diz respeito diretamente ao poder punitivo de uma sociedade, assim como toda a sociedade, que institucionaliza ou formaliza o poder (Estado), seleciona algumas pessoas que estarão sujeitas a sua coação com o objetivo de ser imposta uma pena. Essa seleção penalizante denomina-se criminalização, cuja efetivação se dá por vários segmentos que compõem o sistema penal (ZAFFARONI, 2003). A seletividade não ocorre a partir de critérios exclusivos e prévios estabelecidos, pois provém de circunstâncias conjunturais variáveis, orientando-se pelo modo como os fatos são comunicados.

Tal seleção criminalizante acaba por provocar um acesso negativo do sujeito à comunicação social, contribuindo para a criação de um estereótipo no imaginário coletivo. Por se tratar geralmente de um sujeito fragilizado por todas as situações cotidianas a que vem estando exposto, acaba por ser associado a inúmeros preconceitos, “o que resulta fixar uma imagem pública do delinqüente com componentes de classe social, étnicos, etários, de gênero e estéticos” (ZAFFARONI, 2003, p. 46).

Dessa forma, conforme já anteriormente apontado, a sociedade acaba assumindo equivocadamente que a pobreza, a educação, a família “desestruturada” são as causas do delito quando:

[...] na realidade, são estas junto ao próprio sistema penal, fatores condicionantes dos ilícitos desses segmentos sociais, mas, sobretudo, de sua criminalidade, ao lado da qual se espalha, impune, todo o imenso oceano de ilícitos dos outros segmentos, que os cometem com menos rudeza ou mesmo com refinamento (ZAFFARONI, 2003, p. 48).

Para esse autor, o sistema penal opera em forma de filtro. Cada pessoa está situada em certo estado de vulnerabilidade ao poder punitivo, que dependerá de sua correspondência ao estereótipo criminal estabelecido. As pessoas são atingidas pelo poder punitivo conforme a situação de vulnerabilidade penal em que se encontram, que, conforme Zaffaroni (2003, p. 49), “é a posição concreta de risco criminalizante em que a pessoa se coloca”.

Já Alessandro Baratta sustenta que o cárcere será um “*continuum*” do que já foi realizado, de certa forma, pela família e algumas políticas públicas, pois os processos seletivos iniciam anteriormente à intervenção do sistema penal, com a discriminação social e escolar, com a intervenção dos institutos de controle e da assistência social. O cárcere representará a concretização definitiva de uma carreira criminosa, pois as chances para essa seleção já se deram à medida que o sujeito foi sendo encaminhado e tendo acesso às instâncias oficiais e de controle social, devido aos efeitos da estigmatização provocado sobre seu *status* social.

Para Baratta, o conceito de vulnerabilidade penal refere-se ao processo de criminalização, que afirma estar condicionado pela posição de classe, influenciado por sua situação no mercado de trabalho (desocupação, subocupação) e por defeitos de socialização (família, escola). Esse processo de criminalização cumpre papel de reprodução e de conservação social, pois “a punição de determinados comportamentos e sujeitos contribuiria para manter a escala social vertical e serviria de cobertura ideológica a comportamentos e sujeitos socialmente imunizados” (BARATTA, 2002, p.15).

Neste trabalho será adotado como referencial teórico o conceito de vulnerabilidade penal utilizado por Zaffaroni, uma vez que sua abordagem apropriase do tema com maior abrangência e por ser a mais aproximada do experienciado na trajetória profissional da pesquisadora, não significando a desconsideração das reflexões abordadas por Baratta.

Assim, entende-se que vulnerabilidade penal seja:

[...] grau de periculosidade que para cada um de nós oferece o sistema penal [...] isso depende de uma série de características, mais do que da conduta [...]. Não só a cara, mas as atitudes, o caminhar, etc. Uma quantidade de coisas que o sujeito leva; todo mundo o olha por que leva o uniforme disso [...]. Isso varia, muda culturalmente no tempo (ZAFFARONI, 1990, p. 64).

Trabalhar na perspectiva da vulnerabilidade social e penal implica entender a facilidade que alguns indivíduos têm em vivenciar o processo de criminalização, ou seja, é estar disponível a apreender o delito como produção social.

O crime é um fato social, pois:

[...] criminalidade e desvio não denotam qualidades naturais, mas culturais, uma vez que resultam de processos de definição que se desenvolvem no interior do mecanismo ideológico, pelo qual tem lugar a reprodução da realidade social (BARATTA, 2002, p. 218).

Enfim, pensar sobre a responsabilidade de todos na produção do fenômeno da “criminalização da juventude”, fenômeno que tanto assusta, ameaça, limita e inquieta, uma vez que fala de um contexto, aos quais todos, desejem ou não, fazem parte, é pensar o crime como um fato social. Entende-se que as questões da vulnerabilidade passem, também, pelas questões de gênero, aspecto esse que, considerando o CASEF, a unidade feminina da FASE, ser nosso lócus de estudo, não poderíamos ignorar.

As classes são constituídas de homens e mulheres e diferenças de classe e status podem não ter o mesmo significado para mulheres e homens. O gênero é uma divisão crucial. O gênero não é uma simples categoria analítica, é uma relação de poder, um poder historicamente enraizado (WEEKS, 2000, p. 50).

O gênero remete a relações de poder e desigualdade, é uma construção social e histórica, variando no tempo, no espaço e também, porque não dizer, de acordo com a classe social, raça e etnia a que pertencem no que Beauvoir (1980, p. 12) afirma: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”.

A construção social do gênero se elabora no cotidiano como “[...] parte do aprendizado das regras necessárias para ‘operar no mundo’, baseado na interpretação social da diferença biológica” (URRUTIA, 2001, p. 17). A construção social, segundo Berger e Luckmann (1999), é tudo aquilo que se considera conhecimento na sociedade, desenvolve-se, transmite-se e mantém-se em situações sociais, de tal maneira que uma “realidade”, admitida como certa, solidifica-se para o homem.

Conforme pesquisas realizadas por Bárbara Soares (2002), Simone de Assis (2001) e Sara Oliveira (2007), é conhecido que as meninas são vítimas de muitos jogos de poderes, como violência doméstica, abuso sexual, subordinação aos seus pares, discriminação, gravidez indesejada, etc., ratificando a reprodução das desigualdades de uma sociedade capitalista, periférica, dependente e sexuada.

A valorização de determinados padrões de comportamento afinados a modelos de conduta socialmente reconhecidos como do sexo feminino é outro tema igualmente consagrado, [...], pois enquanto meninas correspondem ao senso comum dos atributos tipicamente femininos de “passividade e obediência”, meninos seriam portadores de perfis considerados tipicamente masculinos, “agressivos e auto-afirmatórios” (LAVINAS, 1997, p. 25).

Portanto, incluir a discussão da categoria gênero, é pensar homem e mulher não como diferença sexual, mas sim inscritos nas desigualdades sociais, relacionadas com a esfera produtiva, cultural, de valores etc.

Para que o fenômeno da visibilidade da criminalidade juvenil, como algo distorcido, não se amplie, são necessárias ações que visem a diminuir os mecanismos de criminalização desses sujeitos, e o acentuado discurso de sua periculosidade; e mais, ações mobilizadoras para a acessibilidade social, revendo comportamentos de “evitação” e de construção de afastamentos com essa parcela da sociedade.

A realidade tem mostrado que a presença de diversas instituições não assegura a sua organicidade, tampouco a articulação técnica e a política requerida pela complexidade da demanda infanto-juvenil. Feitas para proteger as crianças vítimas de violência, as instituições e os mecanismos muitas vezes acabam reproduzindo a incapacidade que “deveriam” enfrentar e ratificando valores e conceitos de diferenciação entre masculino/feminino, entre adolescente e “menor”, pobreza e classe média. O entendimento que prevalece ainda é de que os esforços devem ser concentrados na segurança, como fórmulas mágicas de proteger a sociedade da violência produzida ‘por desajustados sociais’ que precisam ser afastados do convívio social, fortalecendo o estado social em estado penal.

2.2 SUPRESSÃO DE LIBERDADES: SIGNOS PERVERSOS DO CONTROLE FORMAL E INFORMAL DIRIGIDO ÀS MULHERES

Ao analisarmos as desigualdades de gênero, importa em compreender como se constituem as relações entre homens e mulheres em face de distribuição de poder e a maneira pela qual o poder é definido, estruturado e exercido, ou seja, como ocorrem as práticas de socialização, sistemas de pensamento de instituições políticas, religiosas e legais. Por prática de socialização entende-se “ato ou efeito de integrar politicamente indivíduos ou grupos pela transmissão de normas e regras de conduta (códigos) que orientam, de modo consciente ou inconsciente, suas ações na esfera pública, permitindo-lhes, também, decodificar e interpretar as ações dos demais sujeitos sociais” (PRÁ, 2004, p. 82).

Em nossa cultura, desde a infância, os sujeitos são direcionados, pela família e por outros grupos sociais de pertencimento, ao desempenho de determinados papéis de gênero, sendo homens e mulheres condicionados a assumir padrões comportamentais do cotidiano como algo “natural” para o sexo masculino e feminino. A formação da identidade desses sujeitos, no contexto coletivo, decorre de suas experiências sociais exercidas nos diversos grupos de pertencimento. A tradicional família moderna, em sua forma como foi constituída, desempenhou papéis que até então pareceu-nos ser insubstituível: como formadora de valores, para proteger o amadurecimento afetivo das crianças, para prover o cuidado direto para um desenvolvimento sadio, para ajudar e sustentar o processo educacional na escola e como marco básico de pertencimento.

No que diz respeito à questão de gênero, significa que mulheres e homens são produzidos e se produzem socialmente, a partir de referências construídas que passam a funcionar como normas e padrões, delineando suas subjetividades e comportamentos. O conceito de “gênero” busca a compreensão de construções históricas e sociais em torno do sexo, implicando no entendimento de que existem diferentes sociedades, com diferentes concepções entre mulher e homem.

Dessa forma, entende-se como necessário compreender parte do processo histórico que constitui essas relações de poder. A sociedade patriarcal, desde a época do colonialismo, reservou o protagonismo da esfera produtiva aos homens e o círculo reprodutivo às mulheres. A sociedade brasileira, em meio ao século XIX,

sofreu uma série de transformações, como a consolidação do Capitalismo, o incremento da vida urbana, e o surgimento de uma nova mentalidade, reorganizadora das vivências familiares e domésticas. Com a emergência da mentalidade burguesa, ocorrem alterações na organização das cidades e nos padrões de convívio social, num processo de modernização, fazendo a rua ganhar um novo status de lugar público, passando a ser vista em oposição ao espaço privado - a casa. Decorre daí, também, uma privatização da família, marcada pela valorização da intimidade, do amor familiar e do cuidado com o marido e com os filhos, redefinindo o papel feminino e reservando a este, novas e absorventes atividades no interior do espaço doméstico.

No que tange às camadas populares, almejava-se uma força de trabalho adequada e disciplinada, recaindo especificamente sobre as mulheres, forte pressão acerca do comportamento pessoal e familiar desejado, que garantisse a “apropriada” inserção à nova ordem, passando a depender também, desse papel, a instituição dos novos valores. A implantação dos moldes da família burguesa se fazia essencial uma vez que o custo da reprodução do trabalho se baseava na contribuição invisível e não remunerada do trabalho doméstico. O homem pobre, por sua vez, ao não reunir condições que correspondessem ao papel de mantenedor da família e de dominador, previstos pela ideologia dominante, encontrava-se desprovido de poder e de autoridade no espaço público (trabalho e política) e garantido de seu exercício no espaço privado (casa e família). Nesse sentido, qualquer ameaça a sua autoridade na família e ao exercício do poder irrestrito à mulher eram, muitas vezes, justificativas para práticas de violência.

Tanto o sistema de controle penal como o sistema de controle informal, sob o ponto de vista simbólico, são detentores do gênero masculino, assumem a função latente, legitimada pela ideologia dominante, de defesa da sociedade e da família, reproduzindo a diferenciação social das qualidades e dos valores masculinos, reprodutores das relações iníquas de gênero (BARATTA, 1999). A diversidade entre esses dois sistemas de controle reside justamente em suas competências, pois o sistema de controle penal age de forma complementar aos demais sistemas da esfera pública (educação, política e economia), e nessa complementação age de forma integrativa ao sistema informal, sem deslocar-se da esfera pública. O sistema de controle informal age na esfera privada.

Entretanto, importante se faz destacar a contradição existente quando, nas estatísticas nacionais sobre a socioeducação, é discrepante a diferença entre aplicação de medidas socioeducativas privativas de liberdade entre meninos e meninas, causando a aparente impressão de que *"elas fazem menos coisas errada do que ele"* no que pode ser ilustrado a seguir pelos dados oferecidos pelo Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei, realizado entre 1º e 15/8/2006.

Tabela 1 - População em cumprimento de MSE por gênero - comparação 2002/2006 (taxa de crescimento)⁶

Tipo de Medida Socioeducativa	Gênero	BRASIL	REGIÃO SUL	RGS
ISPAAE e ICPAE	M	32,2%	20,4%	26,5%
	F	- 2,3%	- 46,3%	- 55,2%
Internação Provisória	M	23,6%	94,1%	74,8%
	F	- 0,5%	- 5,0%	não informado
Semi-Liberdade	M	29,4%	41,1%	35,8%
	F	- 0,5%	- 33,3%	- 41,4%

Fonte: Levantamento Nacional..., 2006.

O aparente que se revela, como se as adolescentes cometessem menos atos infracionais, decorrente das estatísticas apreciadas, é um fenômeno que necessita ser desvendado, pois:

o fato da justiça criminal possuir como destinatários, sobretudo, sujeitos desempenhadores de papéis masculinos e, somente em caráter excepcional, de papéis femininos, esclarece o porquê, de modo muito melhor do que qualquer teoria etiológica ou biológica, de sua infinitamente menor incidência sobre a população feminina (BARATTA, 1999, p. 49-50).

⁶ Este quadro está mantido na íntegra, tal como publicado no **Mapeamento nacional da situação do atendimento das unidades que executam medida de privação de liberdade ao adolescente em conflito com a lei**, onde se classifica feminino e masculino por gênero, no que a opção da pesquisadora teria sido pela expressão sexo.

Segundo esse autor, a deferência como as mulheres são tratadas se dá sobre a preocupação da justiça criminal em não interferir no bom cumprimento dos papéis femininos por parte destas, ou seja, pela manutenção da escala vertical e do lugar feminino do privado, garantindo o papel reprodutivo. Pontua que os casos em que as mulheres têm suspenso esse tratamento beneficiado pelo sistema penal traduzem situações nas quais as mulheres vinham exercendo papéis socialmente estabelecidos como masculinos (ex: chefes de família), ou infrações que ocorreram em um contexto de vida diferente do esperado para os papéis femininos (ex: vivência de rua, uso de armas, atitudes de agressões físicas, liderança ou participação ativa no tráfico), comportando-se, então, “como homens”. Nesses casos, elas vão além da infração da lei, elas resistem à construção dos papéis estereotipados de gênero, sendo, então, mais severamente punidas.

3 MENINAS PRIVADAS DE LIBERDADE: SITUANDO O ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 vem a contrapor historicamente um passado de controle, criminalização e exclusão social, em que o/a adolescente em conflito com a lei era tratado como mero objeto de intervenção. Por tempos as mudanças e conquistas propostas pelo ECA permaneceram no plano conceitual e jurídico, não atingindo efetivamente seus destinatários. Os direitos estabelecidos em lei devem repercutir diretamente na materialização de políticas públicas e sociais inclusivas ao adolescente.

3.1 A SOCIOEDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA - SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE - é um conjunto ordenado de princípios, regras, ações, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolvem o processo de apuração do ato infracional e de execução de medida socioeducativa⁷. Esse sistema nacional inclui os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atenção a esse público.

Constitui-se de uma política pública destinada à inclusão do adolescente em conflito com a lei que se correlaciona e demanda iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais. Essa política tem interfaces com diferentes sistemas e políticas e exige atuação diferenciada que coadune responsabilização (com a necessária limitação de direitos determinada por lei e aplicada por sentença) e satisfação de direitos.

⁷ Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semi-liberdade; VI - internação em estabelecimento educacional; VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI. (Estatuto da Criança e do Adolescente).

As ações socioeducativas devem:

Exercer uma influência sobre a vida do adolescente, contribuindo para a construção de sua identidade, de modo a favorecer a elaboração de um projeto de vida, o seu pertencimento social e o respeito às diversidades (cultural, étnica, de gênero e sexual), possibilitando que assuma um papel inclusivo na dinâmica social e comunitária. Para tanto é vital a criação de acontecimentos que fomentem o desenvolvimento da autonomia, da solidariedade e de competências pessoais relacionais, cognitivas e produtivas (SINASE, 2006, p. 70).

O princípio norteador de todo o Sistema é a integração da política socioeducativa com os demais sistemas, denominado sistema de garantia de direitos, como a Saúde, Educação, Assistência Social, Justiça e Segurança Pública.



Figura 1 - Sistema de garantia de direitos

Sua formulação atende a normativas nacionais (Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente) e internacionais, das quais o Brasil é signatário: Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, Sistema Global e Sistema Interamericano dos Direitos Humanos: Regras Mínimas das Nações Unidas

para Administração da Justiça Juvenil - Regras de Beijing -, Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade.

O SINASE coloca em relevo *seis dimensões* básicas do atendimento que devem necessariamente ser observadas: o **Espaço Físico**, de modo a assegurar atendimento adequado ao adolescente em todas as modalidades de medidas socioeducativas, o **Desenvolvimento Pessoal e Social do Adolescente**, entendido como o desenvolvimento da autonomia, da solidariedade e de competências pessoais relacionais, cognitivas e produtivas; o **Respeito aos Direitos Humanos** em todas as etapas do atendimento; o **Acompanhamento Técnico Multiprofissional**, cujo perfil garanta um acompanhamento integral dos adolescentes e suas famílias; a **Formação Continuada dos Profissionais** envolvidos na ação socioeducativa; a **Construção de Alianças Estratégicas** para a constituição da rede de atendimento indispensável para a inclusão social dos adolescentes.

Dessa forma, a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul, que é o órgão público responsável pela execução das medidas sócio-educativa privativas de liberdade no Estado, se vê diante do desafio de dar materialidade aos princípios, diretrizes e recomendações do SINASE, o que é tarefa que envolve e convoca a todos, Estado e sociedade, na busca de condições mais dignas para a garantia de direitos e de condições de atendimento socioeducativo na interface com as demais políticas públicas.

3.2 A EXECUÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA PELA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL - FASE

A Fase é responsável pela execução das Medidas Socioeducativas de Internação e de Semi-Liberdade, determinadas pelo Poder Judiciário, a adolescentes autores de ato infracional. A Fase é órgão do Governo do Estado, vinculada à Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social.

A Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE-RS) foi criada a partir da Lei Estadual nº 11.800, de 28 de maio de 2002 e do Decreto Estadual nº 41.664 - Estatuto Social, de 6 de junho de 2002, consolidando o processo de reordenamento

institucional iniciado com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), o qual também provocou a extinção da antiga Fundação do Bem-Estar do Menor (Febem).

A constituição da Fase, pautada numa concepção de atendimento que responde aos dispositivos do ECA, rompeu com o paradigma correcional-repressivo que orientava a política do bem-estar do menor e que no Rio Grande do Sul, vigorou desde 1945, quando foi fundado o Serviço Social do Menor - SESME-RS, como sucursal do Serviço de Amparo ao Menor (SAM), responsável, na época, pela política de atendimento às crianças e adolescentes carentes, abandonados ou autores de atos infracionais. Em 1964, surgiu o DEPAS (Departamento de Assistência Social da Secretaria do Trabalho e Habitação), substituto do SESME-RS, que, após seu desmembramento, em 1968, preparou caminho para a criação da FEBEM-RS (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) por meio da Lei nº 5747, de 17 de janeiro de 1969, a qual executou, em âmbito estadual, a política nacional do bem-estar do menor, ditada pela FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor), até o advento do ECA em 1990.

A Doutrina da Situação Irregular, presente no código de menores de 1979, prevaleceu por muitos anos como norteadora das políticas públicas direcionadas à infância e à juventude, até que a legislação começou a ser modificada com o advento da Constituição de 1988, que, com o artigo 227, abriu caminho para, em 1990, ocorrer a elaboração do ECA.

Com vistas ao atendimento às mudanças legais apontadas e adequação das instituições de atendimento a crianças e adolescentes às diretrizes da Doutrina de Proteção Integral, presentes no ECA, fez-se necessário o reordenamento institucional dessas entidades em todo país, processo esse que resultou na mudança de paradigma, vendo as situações de abandono e de negligência não mais como caso de polícia, mas como demandas de proteção, culminando com a separação da até então FEBEM em Fundação de Proteção Especial e Fundação de Atendimento Sócio-Educativo, discriminando a proteção da socioeducação.

Um dos mais importantes avanços trazidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente foi a distinção entre o tratamento a ser dispensado a crianças e adolescentes vítimas de violência e abandono e o tratamento a ser dispensado aos adolescentes autores de ato infracional. Com isso, foi alterada a lógica de atendimento direcionado a esses públicos, especializando-se a Fase no atendimento

exclusivo a adolescentes autores de atos infracionais, com medida judicial de Internação ou Semiliberdade.

A FASE conta com 15 Centros de Atendimentos, sendo 6 em Porto Alegre, 1 em Novo Hamburgo e 8 centros no interior do Estado, atendendo a dispositivos legais do Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê o atendimento do adolescente o mais próximo de sua família.

Com o propósito de estabelecer princípios e diretrizes básicas para a execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade nas unidades do Rio Grande do Sul, foi criado em 2002 o Programa de Execuções de Medidas Sócio-Educativas do Rio Grande do Sul - o PEMSEIS.

Consiste na sistematização da intervenção institucional junto aos adolescentes. Contempla aspectos técnicos e operacionais, de modo a configurar um trabalho pedagógico-terapêutico centrado na subjetividade de cada adolescente. O programa visa à efetivação dos direitos previstos no ECA e tem como objetivos:

- Estabelecer princípios e diretrizes básicas para a execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade nas unidades de atendimento do RS;
- Qualificar o trabalho institucional para promover a inserção social dos adolescentes privados de liberdade;
- Unificar o uso dos conceitos e dos procedimentos referentes à prática institucional;
- Promover a participação dos agentes institucionais na qualificação e na padronização do atendimento prestado pela FASE (Pemseis, 2007).

Cabe destacar que o PEMSEIS integra o cotidiano institucional e, por ter implicação em todas as áreas de atendimento, ainda hoje vem desenvolvendo-se em diferentes estágios, em conformidade com a dinâmica, organização e gerenciamento de cada instituição, sendo o CASEF a unidade que mais se aproxima da integralização de sua realização.

3.2.1 Centro de Atendimento Sócio-Educativo Feminino - CASEF

O Centro de Atendimento Sócio-Educativo Feminino - CASEF foi criado oficialmente no ano de 2002, quando ocorreu o reordenamento institucional da antiga FEBEM, distinguindo a proteção da socioeducação. Trata-se de uma instituição que existe desde 1962, na época denominada Lar Santa Marta e que, a partir de 1977 passou a ser chamado de Instituto Educacional Feminino, até 2002 quando recebeu a denominação atual. É uma instituição situada no Complexo da Vila Cruzeiro do Sul, onde há também três unidades masculinas.

O CASEF é a única instituição da FASE-RS destinada ao atendimento de adolescentes meninas privadas de liberdade, em cumprimento de medida socioeducativa de Internação Provisória (IP), Internação com ou sem Possibilidade de Atividade Externa (ICPAE e ISPAE) e Semiliberdade (SL), procedentes da capital, grande Porto Alegre e interior do Estado. Sua capacidade de atendimento é para 33 adolescentes, sendo que 5 vagas são para meninas em Semiliberdade e as demais para medida socioeducativa de internação.

A Instituição divide-se em dois grupos de Internação sem Possibilidade de Atividade Externa (ISPAE - Grupo I e Grupo II), e um grupo de Semiliberdade e Internação com Possibilidade de Atividade Externa (ICPAE). Apartir de 2000 passou a possuir também um 4º grupo, denominado de Berçário.

O Berçário destina-se a filhos (as) das adolescentes, que, no momento de seu ingresso, estão efetivamente sendo amamentadas por sua mãe. O ingresso da criança ao Berçário é tratado com a adolescente e seus familiares e, posteriormente, encaminhado à devida aprovação judicial. O critério da amamentação não é engessado; nos casos em que o afastamento entre mãe e filho (a) seja avaliado como uma pior experiência do que o prejuízo de a criança conviver com a mãe em privação de liberdade, a criança em seu primeiro ano de vida, mesmo sendo amamentada com mamadeira ou estando acima dos 6 meses, como garante a constituição, passa a conviver com sua mãe adolescente, no grupo "Berçário".

Após o ingresso da criança, essa convivência não é mais interrompida, permanecendo mãe e filhos (as) juntos até o desligamento da adolescente para o convívio familiar. Quando a adolescente cumpre medida sócio-educativa de ICPAE, ou seja, pode realizar atividades externas, as visitas familiares são realizadas com

os filhos. Com exceção de atividades externas como estágio, trabalho e escola, mãe e filhos permanecem sempre juntos. Nas ocasiões anteriormente citadas, as crianças permanecem sob os cuidados da monitoria do berçário, não sendo permitido que uma adolescente cuide do filho (a) de outra.

O Berçário é um espaço físico distinto da convivência com as demais adolescentes, ficando a convivência das crianças exclusivas com a própria mãe, sempre acompanhadas por monitoras (es), como medida de proteção e segurança.

No momento em que os bebês passam à alimentação não exclusiva do leite materno, inicia-se um trabalho com a adolescente e familiares, quanto à colocação do bebê em creche da comunidade, com o objetivo de proporcionar à criança o relacionamento com outras crianças em ambiente saudável, e preparação da adolescente para utilização dos recursos e serviços da comunidade. Entende-se de fundamental importância o exercício à maternagem desvinculada de um papel tradicional de exclusivamente a mulher ser a cuidadora dos filhos quando pequenos e, portanto, ser a cuidadora da casa, sem investir em atividades que a independizem e lhe dêem autonomia, como, por exemplo, estudos, cursos, trabalho.

A discrepância desta Unidade Feminina, para as demais Unidades Masculinas salta aos olhos. Iniciando pelo espaço e estrutura física, é uma instituição semelhante a “uma casa de bonecas”, enfeitada por cortinas de babados e adereços; os alojamentos são individuais, a limpeza chega a ser excessiva e as regras são muito bem marcadas, claras e cumpridas, funcionando quase como que um relógio. A estrutura física dos grupos 1 e 2 é disposta de tal forma que a monitora, ao estar sentada na cabeceira da mesa, tem a visibilidade de todo o espaço, ou seja, toda a área de convivência coletiva (sala/refeitório), como as portas de todos os quartos e banheiro, o que torna possível o controle de qualquer movimento entre as adolescentes.

A estrutura técnico-administrativa também se diferencia das demais, possuindo salas individuais equipadas com telefones a todos os membros da equipe multidisciplinar, sala de reuniões, sala administrativa, sala da direção e de chefias de equipe, sala de descanso e refeitório para funcionários, espaço raro entre as demais instituições da FASE.

Como já se disse, há inúmeras regras, dentre estas, por exemplo, o fato de não ser permitido ir mais de uma menina ao banheiro sem a presença da monitora, devendo sempre a adolescente informar sua ida; o absorvente higiênico é numerado

conforme o número do quarto, pois, assim, tem-se o conhecimento de qual adolescente está menstruada caso ela não tenha hábitos de higiene adequados ou coloque o absorvente no vaso sanitário, entupindo-o; as roupas são particulares das meninas, etiquetadas uma a uma com o respectivo número do quarto, evitando com isso a possibilidade de trocas, furtos e atuações quanto aos concertos e lavagens das roupas.

Há dados do cotidiano feminino na privação de liberdade que se distinguem do masculino, como ser proibido às meninas o tabagismo e a troca/empréstimo de roupas entre elas, a visita de namorado, autorização de dois dias por semana para visitas de familiares aos meninos e um dia por semana às meninas e de a maioria dos delitos cometidos pelas meninas terem ocorrido na companhia dos namorados ou “ficantes⁸”.

As meninas possuem espaço físico e lavam suas roupas; os meninos têm as roupas lavadas por lavanderias, uma pertencente à FASE e outra interna ao CASEF, sendo algumas adolescentes pagas para manusearem as máquinas industriais. Tais práticas vêm a dar visibilidade à reprodução institucional quanto a manifestações de desigualdade de gênero.

No que tange às atividades laborativas, é uma unidade que prima pela ocupação integral de seus espaços de tempo, pois, como diz o ditado “cabeça parada, oficina do diabo⁹”. Todas as adolescentes estudam (com exceção das que cumprem medida sem possibilidade de atividade externa e estão no Ensino Médio, pois a FASE não oferece essa etapa) em um turno. Em período oposto são inseridas em atividades domésticas de artesanato, bordados, limpeza, culinária, costura, salão de beleza e em projeto remunerado de lavanderia (por meio turno de trabalho recebem meio salário-mínimo), na lavagem de roupas de cama e banho dos meninos privados de liberdade no complexo da Vila Cruzeiro do Sul. O tempo de lazer organiza-se em períodos de 30 minutos de pátio pela manhã e tarde, em dias úteis, com exceção àquelas que freqüentam o Projeto de Lavanderia; e períodos maiores no sábado e domingo.

⁸ Ficar é uma experiência de estar com o outro, trocar carícias, intimidades, descobertas e sensações sobre o corpo e sobre si mesmo. Rolam beijos e abraços, e, eventualmente, pode-se chegar a uma transa. Os limites do ficar são determinados pelo próprio casal. Em geral inclui a afetividade, porém não há um compromisso de continuidade e exclusividade, mas o ficar poderá transformar-se em namoro (GONÇALVES, E. Amar, namorar, ficar. In: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Sexualidade**: prazer em conhecer. Livro do professor. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2001, p. 150).

⁹ Expressão comumente referida entre os funcionários, e até mesmo reproduzida pelo corpo técnico.

Sábado é um dia distinto tanto no CASEF como na FASE, pois é o dia da faxina, em que semanalmente é realizada limpeza geral em todas as dependências da casa, chegando a ser encerada e lusturada manualmente toda a área técnico-administrativa. Semanalmente também são realizadas faxinas nos armários dos refeitórios; e as painéis são lavadas, mesmo que limpas, com o objetivo de dar brilho, “arear”.

É uma instituição onde todos os fóruns de participação, tanto de funcionários como de adolescentes, previstos no PEMSEIS, ocorrem sistematicamente, chegando a ter um agendamento prévio anual das reuniões. A disciplina das meninas é rigidamente cobrada, conforme as normas institucionais, tema exaustivamente trabalhado em grupos operativos semanais e atendimentos técnicos individuais. As situações de indisciplina são tratadas de acordo com o PEMSEIS, caracterizadas como faltas leves, médias e graves, ocorrendo o Atendimento Especial (AE ou isolamento) em caso de ocorrências graves. Assim instaura-se a Comissão de Atendimento Disciplinar (CAD), define-se o tempo de isolamento da adolescente e informa-se instantaneamente a ocorrência e a definição à 3ª Vara do Juizado da Infância e Juventude. Importante assinalar que em situações de atendimento especial a adolescente não poderá ser privada de visitas familiares e de freqüência à escola.

Por se tratar de uma unidade distinta em sua estrutura e dinâmica operacional, os enfeites, a disciplina, enfim, sua quase perfeita organização e domesticação funcionam muitas vezes como um mecanismo de disfarce à perversidade causada pelas instituições totais, em um movimento dialético, entre mal que parece bem e bem que faz mal. É um trabalho que exige um alto grau de envolvimento e uma grande capacidade de discernimento, em que a compreensão do melhor a fazer está mais na percepção do educador envolvido no processo do que uma regra previamente estabelecida. As exigências emocionais para quem intervém e busca um retorno do investimento feito pelo Estado, quase nulo, se dá no processo vincular estabelecido entre o educador¹⁰ e o (a) adolescente, que muitas vezes não depende da relação de quem pode mais, mas sim de quem acredita mais. Muitas vezes não se consegue afrouxar nossas próprias cordas (cadeias internas) e, apesar disso, busca-se libertar essas adolescentes de suas prisões físicas e emocionais.

¹⁰ O termo educador, na FASE, se refere a todos os profissionais que de alguma forma se encontrem implicados na execução da MSE, pois todos têm o papel de educador.

4 A TRAJETÓRIA DA INVESTIGAÇÃO SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA VULNERABILIDADE PENAL DE GÊNERO

O presente capítulo tratará sobre o trajeto percorrido pela pesquisadora ao investigar as relações entre a questão de gênero e as políticas públicas em suas inflexões, na construção social da vulnerabilidade penal, na experiência social de meninas privadas de liberdade, com vistas a subsidiar a qualificação das políticas públicas preventivas e das proposições para a intervenção técnica junto à FASE (Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul).

A pesquisa reuniu os seguintes objetivos:

- a) conhecer e analisar as relações existentes entre a questão de gênero e vulnerabilidade penal em meninas privadas de liberdade;
- b) identificar as experiências sociais das meninas privadas de liberdade que contribuem para a sua vulnerabilidade penal e quais as estratégias de enfrentamento utilizadas;
- c) analisar o significado das Políticas Públicas na experiência social das meninas privadas de liberdade e as suas repercussões na vulnerabilidade penal;
- d) analisar até que ponto a privação de liberdade das meninas acaba-se constituindo em mecanismo invertido de acesso às políticas públicas.

Como questões norteadoras, este estudo pautou-se nas seguintes indagações:

- a) Quais as contradições presentes nas políticas públicas e suas implicações de acesso, para meninas privadas de liberdade, que contribuem para a construção social da vulnerabilidade penal?
- b) Quais as relações existentes entre a questão de gênero e vulnerabilidade penal na experiência social das meninas privadas de liberdade?
- c) Como as políticas públicas acessadas pelas meninas privadas de liberdade contemplam a questão de gênero?
- d) Existem formas de resistência à discriminação de gênero que se relaciona com a experiência social do crime?
- e) Quais os modos e condições de vida das meninas privadas de liberdade?

- f) Quais as condições e relações presentes na experiência social das meninas privadas de liberdade que contribuem para a vulnerabilidade penal?

4.1 TIPO DE ESTUDO

A pesquisa constituiu-se em um Estudo Exploratório, sustentado na abordagem qualitativa, por meio do método dialético-crítico. O Estudo Exploratório possui como objetivo, segundo Lakatos (2001), a formulação de questões ou de um problema com a finalidade de aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa, ou para modificar e clarificar conceitos, dos quais com frequência se obtêm descrições tanto quantitativas como qualitativas do fenômeno estudado, devendo o investigador conceituar as inter-relações entre as propriedades desse fenômeno. A abordagem qualitativa preconiza a análise de um nível de realidade impossível de ser quantificado, ou seja, a subjetividade dos sujeitos, dos processos e dos fenômenos sociais, assim como seus significados, pois para Minayo (2000, p. 134), a relevância da pesquisa qualitativa consiste em:

- a) compreender os valores culturais e as representações de determinado grupo sobre temas específicos;
- b) compreender as relações que se dão entre atores sociais tanto no âmbito das instituições como dos movimentos sociais;
- c) avaliar das políticas públicas e sociais tanto do ponto de vista de sua formulação, aplicação técnica, como dos usuários a quem se destina.

O fato de este estudo ter-se orientado por uma abordagem qualitativa não desconsidera a importância de dados qualitativos também quantificáveis, uma vez que se entende que o quantitativo e o qualitativo são complementares e não dicotômicos”. O dado numérico em si nos instrumentaliza, mas não nos equipa para trabalhar com o real em movimento” (MARTINELLI, 2003, p. 21).

A dialética manifestou-se historicamente quer como arte do discurso, quer como procedimento característico da ciência, entendida como elaboração de conceitos e idéias para atingir o conhecimento da realidade, questionada e entendida, porém não estaticamente, mas sim no seu devir. Sua característica que sobressalta é a redução dos opostos à unidade, não esquematicamente, mas por meio de uma pesquisa que revela relações de mediação entre aspectos quantitativos e qualitativos, e interpreta o real como um processo complexo de negação/afirmação das suas determinações particulares, analiticamente reduzidas a uma unidade articulada, sendo, portanto o método utilizado neste estudo. Esse referencial busca desvendar o real por meio da investigação que considera processo de intervenção, valorizando os processos sociais desencadeados pelo estudo e a maneira pela qual se relacionam, encadeiam-se, e determinam-se reciprocamente as condições de existência social e o sujeito em si.

Consiste em um movimento dinâmico, que, concomitante à investigação, ao questionamento, ao diálogo, o homem sujeito expressa seu pensamento acerca de determinada realidade (tese), realiza trocas tanto em plano teórico como prático, em um processo reflexivo, crítico e complementar (antítese), produzindo conhecimento/teoria (síntese), que significa forma de ver e não de ser, portanto, mais uma interpretação em meio de múltiplas outras interpretações possíveis. Opõe-se ao dogmatismo, ao reducionismo, portanto é sempre aberto, inacabado, superando-se constantemente, como sustenta Frigotto (2005, p. 81):

[...] o que importa fundamentalmente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento crítico para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico-social.

4.2 CATEGORIAS

As categorias epistemológicas sustentam a visão da realidade como algo em movimento, dinâmico, que é construído por homens e mulheres na práxis, numa

perspectiva não só teórica, mas de transformação da realidade. As categorias epistemológicas utilizadas foram: contradição, totalidade e historicidade.

A contradição pode ser afirmada como “a marca mais profunda da dialética, porque resume de modo feliz todas as outras, sem reduzi-las à simplificação excessiva” (DEMO, 1995, p. 97), uma vez que a dialética só terá uso em condições sociais que apresentem unidades de contrários às realidades particularmente históricas, em que cada momento impulsiona seu contrário, sendo a contradição a constituinte da mudança.

Por totalidade não se pretende compreender e/ou apreender o todo de forma a acumular todos os fatos, mas de forma relacional e complementar, em um processo dinâmico. A realidade se apresenta como um todo coerente, onde objetos e fenômenos são ligados entre si, condicionando-se reciprocamente, onde o todo é formado pelas partes e as partes inexistem sem o todo.

No que se refere à categoria da historicidade, pode-se inferir que essa é condição ímpar ao se utilizar o referencial dialético, que, segundo Demo (1995, p. 88), “é a metodologia mais conveniente para a realidade social”, pois a realidade social é fundamentada pela historicidade e esta é forjada pela e na dinâmica da realidade social.

Como categorias teóricas prévias recorreram-se à vulnerabilidade penal, gênero e políticas públicas. A **vulnerabilidade penal** tratou-se como uma particularização da vulnerabilidade social, como constitutiva da essência desta última, como consequência da seletividade das diversas instituições sociais de que fazem parte os sujeitos desde seu nascimento; **gênero** como conceito relacionado às atitudes e comportamentos sociais praticados, esperados e reproduzidos socialmente por um sujeito de determinado sexo e por **políticas públicas**, como um movimento multidirecional resultante do confronto de interesses contraditórios e também enquanto mecanismos de enfrentamento da questão social, sob a perspectiva da garantia de direitos.

4.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Foi tomado como universo de pesquisa, todas as adolescentes que tiveram seu primeiro ingresso na FASE, entre 12 anos e 13 anos, 11 meses e 29 dias, para cumprimento de medida sócio-educativa de privação de liberdade, no período entre maio de 2002 e maio de 2006 e respectivos familiares, perfazendo um total de 23 adolescentes, que foram incluídas na análise documental. Como critério de inclusão de adolescentes e familiares nas entrevistas, efetuou-se um recorte intencional abrangendo a mesma faixa etária utilizada para a coleta documental, contemplando as adolescentes que estavam cumprindo medida sócio-educativa entre os meses de junho e novembro de 2006, período da coleta de dados com fontes primárias.

Desse universo, justifica-se o período delimitado para seleção dos sujeitos de pesquisa, o marco do reordenamento da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) ocorrido em maio de 2002, quando passa a ser denominada Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE), direcionando-se exclusivamente à execução das medidas sócio-educativas de internação e Semi-Liberdade, desfocando a medida de proteção de abrigo de sua competência. Já a faixa etária escolhida fundamenta-se pela precocidade com que essas adolescentes ingressaram no sistema de privação de liberdade, recém egressas do sistema protetivo no mais das vezes, o que se pressupõe que pudesse auxiliar no estabelecimento de relação entre vulnerabilidade penal, vulnerabilidade social e políticas públicas afetas à proteção. Essa faixa etária dos sujeitos de pesquisa também foi intencionalmente delimitada na busca de análise de um eventual deslocamento do campo protetivo ao socioeducativo.

4.4 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS E INSTRUMENTOS

Inicialmente o projeto foi encaminhado para apreciação e aprovação de sua execução à Presidente da FASE-RS e ao Juiz da 3ª Vara da Infância e Juventude de Porto Alegre, e posteriormente, ao Comitê Científico da Faculdade de Serviço Social e Comitê de Ética da PUCRS.

Concluída essa etapa, iniciou-se a coleta de dados, primeiramente a partir de pesquisa documental, que, embora não muito utilizada em pesquisas qualitativas, mostrou-se como uma boa fonte de informação, aliada à técnica de análise de conteúdo, complementando e evidenciando fatos novos à investigação. Há de se destacar o fato de que a pesquisadora fora profissional integrante da equipe de trabalho do CASEF-FASE até março de 2007, o que facilitou significativamente o acesso e manuseio dos documentos. A intencionalidade pela análise documental, enquanto pesquisa qualitativa, além do conhecimento dos dados sociodemográficos, foi ir além da simples checagem de informações.

A fonte de pesquisa para a análise documental foram inicialmente os prontuários sociais, adotando-se como instrumentos de coleta de dados um roteiro norteador (Apêndice A). Os prontuários analisados são compostos, conforme o tempo de permanência da jovem na unidade, por documentos judiciais, relatos das intervenções técnicas, relatórios avaliativos destinados ao Juizado da Infância e Juventude e auto-avaliações das adolescentes no curso das medidas, avaliações e históricos clínicos. Nestes foram analisados dados sociodemográficos, as relações com a rede e as políticas públicas, e a experiência social com a violência, questões de gênero e o sistema de atendimento socioeducativo.

Fez parte também, da coleta de dados, a realização de entrevistas semi-estruturadas com as adolescentes e os seus familiares, conduzidas da mesma forma por um roteiro norteador (Apêndice B e C). A entrevista caracteriza-se por um instrumento que possibilita a interação do pesquisador com os sujeitos da pesquisa, no que, em uma troca e complementaridade simultânea, ambos interferem dinamicamente no conhecimento da realidade, podendo esse encontro ser rico e conflitivo. Conflitivo porque toda a situação de entrevista é única, conseqüentemente, cada situação é diferente da outra, o que poderá provocar questionamentos com relação à fidedignidade do estudo. No entanto, é no contato com o seu conjunto que o pesquisador irá compor o entendimento quanto ao significado das manifestações expressas, e em uma perspectiva de compreensão do coletivo. Já o roteiro norteador, conforme Minayo (2000, p. 99), é um “[...] facilitador de abertura, de ampliação e de aprofundamento da comunicação”.

4.5 O ANDAR DA INVESTIGAÇÃO

No período compreendido, conforme a delimitação cronológica definida para a análise documental dos sujeitos da pesquisa, ou seja, de 28/05/2002 a 28/05/2006, ocorreu o ingresso de 265 jovens no CASEF, sendo que, desse total, 23 adolescentes correspondiam ao recorte, compreendendo a faixa etária entre 12 anos e 13 anos 11 meses e 29 dias. Destaca-se que dentre estas 23 jovens (15 procedentes da capital e 8 procedentes do interior do Estado), ao longo desses 4 anos, o tempo de permanência na instituição foi variado, haja vista as diferentes medidas sócio-educativas que definiam a privação da liberdade. As determinações judiciais recebidas transitavam desde a Internação Provisória (IP), onde a adolescente pode permanecer até por 45 dias no aguardo da definição do juiz; RM - Regressão de Medida Socioeducativa de meio aberto (LA - Liberdade Assistida e PSC - Prestação de Serviço à Comunidade), até Internações com ou sem Possibilidade de Atividade Externa (ISPAE e ICPAE) e Semiliberdade (SL).

Como já ressaltado anteriormente, o fato da pesquisadora fazer parte, na época da coleta, da equipe de trabalho que atende essas adolescentes no CASEF, há sete anos e ser servidora da FASE há 16 anos, facilitou em muito o acesso aos prontuários sociais para a realização da coleta de dados da análise documental. Mesmo em face da facilidade expressada, ocorreram também situações que permearam o percurso da investigação, agindo como fator de resistência à sua continuidade, não de forma objetiva, mas implícita e subjetiva à motivação da pesquisadora, pois as constantes aproximações com os documentos, relatos das histórias e/ou ausência de relatos consistentes, referências a procedimentos adotados e/ou encaminhamentos realizados, negligenciados, proporcionaram, em meio ao caminho, a visualização do fenômeno aparente, para posterior análise crítica e reflexiva em direção à essência do coletivo. Embora estando diante do aparente, pois se tratava apenas da etapa da coleta, o processo de sofrimento/reconhecimento/crescimento foi intenso. Considera-se complexo e audacioso analisar a prática da qual o pesquisador é parte próxima, no que se entende que a relevância de tal observação não se dá em caráter de alerta negativo à iniciativa do desafio, mas em caráter preparatório/preventivo, uma vez que o processo de investigação por si só é concomitantemente coletivo e solitário,

prazeroso e doloroso. Há de se ter certa preparação para o enfrentamento desse processo, embora sempre seja único para cada um, com intensidades, acréscimos e dificuldades particulares a cada um dos sujeitos da pesquisa, sejam eles os pesquisadores ou os pesquisados.

Da mesma forma, essa tomada de consciência repercutia no dia-a-dia da pesquisadora, por vezes já causando alterações em sua apreensão dos fenômenos e posicionamento profissional. Em meio ao processo da pesquisa, transformações tanto em âmbito prático como teórico iam ocorrendo, sendo percebida a dimensão contraditória. A pesquisa iniciava a proporcionar movimento/avanço no fazer, ao mesmo tempo em que esse avanço desacomodava o instituído e o estabelecido, provocando movimentos no pensar e fazer coletivo, que por vezes os gestores assim não desejavam, conforme ilustra a fala de um colega de trabalho, retirada do diário de campo, que comenta: “O que falam pela unidade é que tu depois que iniciou o mestrado estás impossível, ainda mais questionadora [...]” [sic]. Assim:

[...] é fundamental entender que qualidade política somente é realizável na unidade de contrários. Muitas vezes fazemos de processos participativos a idéia apressada de consensos fáceis e duradouros. Muito pelo contrário, toda comunidade histórica, desde que viva, produtiva, aproxima-se mais da imagem de um caldeirão, onde as coisas fervem [...] (DEMO, 1995, p. 98-99).

Portanto, se por um lado havia a facilidade de acesso aos documentos, por outro, deparou-se com a escassez de registros, pela brevidade da internação e falta de registro pelos profissionais e a falta de certo fio condutor na coleta das informações no momento de atendimento, salvo os cinco documentos das adolescentes que permaneceram internadas por período igual ou superior a dois meses.

Dentre os 23 casos selecionados, 3 prontuários não foram localizados, ocorrendo a análise de 20 prontuários. O conteúdo, qualidade e extensão dos registros foram variados, variação essa decorrente do exíguo tempo de permanência na unidade, conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 1 - Tempo de privação de liberdade das meninas analisadas

Tempo de permanência	Adolescentes
Até uma semana	7
Até 2 semanas	2
Até 45 dias	6
2 meses	1
3 meses	1
4 meses	1
5 meses	1
6 meses	1
Total	20

Fonte: Prontuários Sociais do CASEF, coleta realizada de agosto a dezembro de 2006

Em meio à coleta de dados, percebeu-se a importância, em caráter complementar, de serem consultados os processos judiciais na 3ª Vara do Juizado da Infância e Juventude e os prontuários institucionais de saúde do CASEF. A complementação possibilitou por meio do Juizado da Infância e Juventude, contribuir na coleta de dados com tópicos como tipo de ato infracional e desfecho após os desligamentos, assim como por meio da área de saúde, contribuir com dados referentes à sexualidade e drogadição.

Atendendo ao critério intencional de idade e estando em cumprimento de medida socioeducativa privativa de liberdade entre os meses de junho e novembro de 2006, realizou-se entrevista com 3 adolescentes e seus familiares.

Tal momento foi antecedido pela realização de duas entrevistas-piloto, as quais proporcionaram a condição de revisão e ajustes necessários à adequação do instrumento, roteiro norteador, e postura da pesquisadora, nesse momento ímpar de aproximação entre pesquisador/pesquisado. Mais uma vez, a proximidade e prévio conhecimento da pesquisadora com relação aos sujeitos da pesquisa ofereceram condição de facilidade/dificuldade. Tanto as adolescentes como os familiares demonstravam sentimentos de estar à vontade nos encontros realizados, facilitando a relação e o momento. Por outro lado, era necessária muita atenção para que as respostas não fossem suprimidas e enxutas, por eles terem certeza de que o

conteúdo seria entendido devido ao prévio conhecimento da situação e contexto, assim como da parte da pesquisadora, cuidado e continência para não conduzir a episódios que possivelmente já conhecesse e soubesse que atenderia a algum dos objetivos e questões norteadoras.

Do total de seis entrevistas realizadas (entre familiares e adolescentes), devido a problemas técnicos com a gravação/degravação, foi possível o aproveitamento de quatro entrevistas, duas com adolescentes separadamente; uma terceira com a mãe de uma destas adolescentes; e uma quarta com a mãe de outra adolescente que não constou na população analisada.

As entrevistas com as adolescentes foram realizadas no CASEF, o que proporcionou a não descaracterização do cotidiano de trabalho da pesquisadora e adolescente, remetendo a limitações já mencionadas anteriormente. Já as entrevistas com as mães realizaram-se uma no CASEF e outra em sua residência, descaracterizando o ambiente de trabalho, mas subordinada ao dia-a-dia familiar (filhos presentes, cachorro latindo, panela no fogo, interrupções por vizinhos [...]).

4.6 REFERENCIAL PARA ANÁLISE DOS DADOS

Para análise e interpretação dos dados coletados, em ambas as fases (documental e entrevistas), foi utilizada a **Análise de Conteúdo**, ou seja, um procedimento, um método de analisar os dados coletados, buscando a produção dos sentidos, entendido como um processo em que, em seu desenvolvimento, o pesquisador vai da descrição à interpretação, por meio de inferências lógicas, realizando aproximações conceituais, fundadas em conhecimentos externos à própria comunicação (Setúbal, 1994).

O método de Análise de Conteúdo tem seus primórdios no século XVII, na Suécia, seu maior desenvolvimento em termos de abordagens e características se dá especialmente nos últimos cinquenta anos, embora orientada pelo paradigma positivista, destacando a objetividade e a quantificação. É em 1977 que a autora Laurence Bardin irá escrever sua obra, onde esse método foi detalhado, contribuindo muito até hoje para a elucidação, embora ainda bastante permeado por aspectos do positivismo. Assim, segundo ela, designa-se análise de conteúdo:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

Conforme Chizzotti (2001, p. 98), “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”. Salienta-se que, numa perspectiva dialética, faz-se necessário que os pesquisadores avancem além dos conteúdos manifestos dos documentos, sendo mister o aprofundamento de sua análise, desvendando o implícito, o conteúdo latente. Não se trata de desprezo do conteúdo manifesto, uma vez que o referencial dialético não se opõe a esse, desde que venha a complementar e a ilustrar a interpretação do conteúdo latente.

Na sua evolução, conforme Moraes (1999), a análise de conteúdo tem oscilado entre o rigor objetivo e quantitativo e a flexibilidade subjetiva e complexa. Porém, ao longo do tempo, as abordagens qualitativas vêm recebendo maior valor.

Moraes também denomina análise de conteúdo como análise textual, justificando que “as pesquisas qualitativas seguidamente trabalham com informações apresentadas em forma de textos. Daí surge a denominação de análise textual” (mimeo. p. 2). O autor conceitua esse método como:

Modos de aprofundamento e mergulhos em processos discursivos, visando a atingir aprendizagens em forma de compreensões reconstruídas dos discursos, conduzindo a uma comunicação do aprendido e desta forma assumindo-se o pesquisador como sujeito histórico, capaz de participar na constituição de novos discursos (mimeo. p. 1).

Moraes (1998) sustenta ainda que essa metodologia se realiza a partir das seguintes etapas: 1) preparação das informações; 2) unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; 3) categorização ou transformação das unidades em categorias; 4) descrição; 5) interpretação inferencial.

Diante dos referenciais apontados, utilizou-se o referencial de Roque Moraes, por tratar-se de uma concepção intermediária entre os autores pioneiros e os contemporâneos, deixando explícita a possibilidade de flexibilidade, e por ser o que

maior identificação ocorre com a pesquisadora. Roque Moraes valoriza essencialmente a pesquisa qualitativa, que visa aos significados, interpretações, sujeitos e suas histórias, não refutando, muitas vezes, a importância da abordagem quantitativa como fundamento ao conhecimento produzido por aquela.

Para Minayo (2000, p. 11), “[...] a dialética assume que a qualidade dos fatos e das relações sociais são suas propriedades inerentes, e que quantidade e qualidade são inseparáveis e interdependentes [...]”.

Nessa perspectiva realizou-se um estudo qualitativo com dados também quantificáveis qualitativos, pois se entende que assim os fenômenos poderão ser analisados em sua profundidade, complementados pela expressão de sua extensão, no que Martinelli (1999, p. 21) afirma que a abordagem qualitativa busca significados, interpretações, sujeitos e suas histórias, e a abordagem quantitativa serve de fundamento ao conhecimento produzido.

5 A VULNERABILIDADE PENAL DE GÊNERO: A EXPERIÊNCIA SOCIAL DE MENINAS PRIVADAS DE LIBERDADE

5.1 A CONDIÇÃO DE VIDA

Quem são as adolescentes privadas de liberdade da FASE na faixa etária compreendida entre 12 anos de idade e 13 anos, 11 meses e 29 dias de idade? Para responder essa pergunta, este capítulo tem o propósito de apresentar as informações sobre as adolescentes em foco partindo de suas relações com o sistema de justiça socioeducativo, uma vez que a pesquisa tem essas relações como origem da própria investigação, alcançando, desde essa ancoragem suas trajetórias, modo e condição de vida.

A fim de introduzir o leitor acerca das meninas estudadas na análise documental, apresentar-se-á lista de meninas privadas de liberdade no período compreendido entre 28/5/2002 à 28/5/06.

Quadro 2 - Sujeitos da Pesquisa Documental

Nº	Nome	Idade no ingresso	Ato Infracional
1	T S A	13a 8m	Extraviado prontuário social
2	D C G R	13a 2m	Lesão corporal
3	F P S	13 ^a 7 m	Lesão corporal
4	J S N	13a10m	furto
5	U M C I	13a11m	Lesão corporal
6	S R C	13a 4m	Lesão corporal
7	F A V	12a 10m	furto
8	J L F A	12a9m	Sem informação
9	P R	12a11m	Extraviado prontuário social
10	G P S	13a11m28d	furto
11	M M S	13a11m	Porte ilegal de arma
12	C V S	13a2m	roubo
13	K E C	13a4m	roubo
14	G S S	13a5m	roubo
15	D S I	13a1m	roubo
16	P A S	13a7 m	roubo
17	J L S	13a3m	Lesão corporal
18	P P K	12a8m	roubo
19	J F S	13a6m	Extraviado prontuário social
20	A F S	12a11m27d	Lesão corporal
21	G S P	13a1m	Atentado violento ao pudor + roubo
22	L J	13a2m	Dano ao patrimônio+roubo+lesões corporais+tentativa de homicídio
23	D R M	13a9m	furto

Fonte: Elaborado pela autora

São adolescentes oriundas de todo estado do Rio Grande do Sul, predominando como município de proveniência a capital, conforme expõe a tabela abaixo, em que se optou pela exposição da distribuição das adolescentes conforme organização regional dos COREDES¹¹:

¹¹ Coredes: Conselhos regionais de Desenvolvimento - representa estruturas organizativas adotadas pelo governo do RS, dividindo-se em 24 regiões que são: Alto da serra do Butucaraí, Alto Jacuí, Campanha, Central, Centro sul, Fronteira Noroeste, Fronteira Oeste, Hortênsias - Campos de Cima da Serra, Jacuí-Centro, Litoral, Médio Alto Uruguai, Metropolitano delta do Jacuí, Missões, Nordeste, Noroeste Colonial, Norte, Paranhana-Encosta da serra, Produção, Serra, Sul, Vale do Caí, Vale do Rio dos Sinos, Vale do Rio Pardo, Vale do Taquari.

Tabela 2 - Municípios de procedência das adolescentes

COREDES	Cidade	Nº de adolescentes	%
Vale do Taquari	Bom Retiro do Sul	1	5
Campanha	Caçapava do Sul	1	5
Jacuí Centro	Cachoeira do Sul	1	5
Região Metropolitana/Delta do Jacuí	Porto Alegre	13	65
Sul	Rio Grande	1	5
Região Central	Santa Maria	1	5
Vale do Rio dos Sinos	Sapiranga	1	5
Vale do Rio Pardo	Sobradinho	1	5

Fonte: Prontuários Sociais do CASEF, coleta realizada de agosto a dezembro de 2006

Os municípios dentre os quais se originam essas adolescentes podem ser caracterizados, conforme o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 1991 a 2000, como sendo cinco municípios de médio desenvolvimento e 3 municípios com índice de alto desenvolvimento. Já em conformidade com o SUAS (Sistema Único de Assistência), foram apresentados 2 municípios de pequeno porte 1; 1 município de pequeno porte 2; 2 municípios de médio porte; 2 municípios de grande porte; e uma metrópole.

A Política de Assistência Social, aprovada pelo CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social), organiza os municípios (territórios) de acordo com seu porte populacional em pequeno porte 1 (até 20.000 habitantes) e pequeno porte 2 (entre 20.001 e 50.000 habitantes); médio porte (entre 50.001 e 100.000 habitantes); grande porte (entre 100.001 e 900.000 habitantes); e metrópole (mais de 900.000 habitantes).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um modelo democrático e descentralizado da gestão e execução da Política de Assistência Social e consiste em serviços, programas, projetos e benefícios que têm como **foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos** e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo

número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Quanto à complexidade¹², esta pode ser distribuída por Proteção Social Básica para municípios de pequeno porte, Proteção Social Especial de média complexidade para municípios de médio porte e Proteção Social de Alta Complexidade para municípios de grande porte e metrópoles.

Essa caracterização, conforme o SUAS, aponta também que os municípios de pequeno porte deverão contar com uma rede de proteção básica. Os municípios de médio porte, além da proteção social básica, considerando-se a demanda, têm a possibilidade de sediarem serviços de proteção especial, servindo como referência regional aos municípios de pequeno porte no seu entorno. Os municípios de grande porte e a Capital, pela grande demanda e complexidade dos problemas sociais, deverão sediar uma rede sócio-assistencial mais complexa e diversificada. Assim, analisando-se os municípios em questão, todos deverão contar com os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), sendo 5 municípios devendo contar com a Proteção Social Básica, e 3 municípios devendo contar com a Proteção Especial de Média e/ou Alta Complexidade. As medidas socioeducativas de meio aberto (PSC e LA) pertencem à Proteção Social Especial de média complexidade; e as medidas socioeducativas de meio fechado (SL, ISPAE e ICPAE) pertencem à Proteção Social Especial de Alta complexidade.

São jovens que ingressaram pela primeira vez no sistema socioeducativo devido ao cometimento dos seguintes atos infracionais:

¹² A Proteção Social Básica tem **caráter preventivo** e processador de inclusão social tendo por objetivo processar a inclusão de grupos em situação de risco social nas políticas públicas, no mundo do trabalho e na vida comunitária e societária, além de prevenir as situações de risco social. A Proteção Social Especial tem **caráter compensatório** (reparar o dano), mas igualmente reabilitador de possibilidades psicossociais com vistas à reinserção social. Por isso, exigem **atenção mais personalizada** e processos protetivos de longa duração. Essa se destina a indivíduos que se encontram em alta vulnerabilidade pessoal e social e se divide em Proteção Social de média e alta complexidade, de acordo com o rompimento ou não dos vínculos familiares e comunitários.

Tabela 3 - Atos Infracionais cometidos pelas adolescentes

Ato Infracional	Nº	%
Roubo	6	30
Furto	4	20
Atentado violento ao pudor + roubo	1	5
Lesão corporal	6	30
Porte ilegal de arma	1	5
Dano ao patrimônio+roubo+lesões corporais +tentativa de homicídio	1	5
Sem informação	1	5
Total	20	100

Fonte: Prontuários Sociais do CASEF, coleta realizada de agosto a dezembro de 2006

Destacam-se nesta tabela os atos infracionais de roubo, furto e lesões corporais como aqueles com maior incidência entre as meninas, ainda acentuando o fato de tanto o roubo¹³ como a lesão corporal¹⁴ implicar a violência sobre o outro. Os dados verificados convergem com os estudos de Cardoso (2006), e também em outras pesquisas (CRAIDY, 2005; ABRAMOVAY, 2006; CARDOSO, 2006; SANTO, 2006) que também apontam para o alta incidência de lesões corporais quando estudadas as meninas. Essa tendência remete à violência física como forma de resolução de conflitos na experiência social dessas adolescentes, aproximando-se da construção social sobre condutas usualmente esperada por parte dos meninos. Tal particularidade na relação com o crime revela que são adolescentes que rompem com o instituído, da tradição do comportamento feminino.

O item que aponta para o dado como “sem informação”, refere-se a um caso em que a adolescente ingressou por menos de 24 horas, ou seja, apenas para pernoite na instituição, por meio da Justiça Instantânea, não tendo sido realizada sequer a identificação dos dados.

¹³ Conforme o Código penal: Roubo - Artigo 157-subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.

¹⁴ Lesão Corporal - Artigo 129 - ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem.

Quanto ao item que agrupa quatro tipos de atos infracionais como origem de uma mesma internação, observa-se que tal situação diz respeito a uma Internação Provisória, cuja representação do Ministério Público se deu pela sucessão no tempo desses diferentes atos infracionais que a adolescente em questão, no decorrer daquele ano, vinha praticando em sua comunidade.

Quanto a esse específico caso, a Juíza, no deferimento da representação em tela, justifica a internação despachando no processo que:

a família da adolescente já se pronunciou por ter medo da mesma, que em sua comunidade o investimento em sua “ressocialização” foi infrutífero, no que pesou o desejo da adolescente e que a situação se agravava diante da possibilidade de doença mental, determinando à FASE, inadequadamente ao propósito que se destina, a realização de perícia médica.

Tal ilustração retrata a provável interpretação dos inúmeros atos infracionais que vinham-se sucedendo em decorrência do não atendimento pela área protetiva.

Pelos cometimentos dos atos infracionais expostos, as medidas socioeducativas recebidas por essas adolescentes que motivaram a privação da liberdade foram regressão de medida ou internação provisória, tendo-se caracterizado a população em estudo por 11 casos de privação de liberdade por medida socioeducativa de internações provisórias (5 do interior e 6 de POA) e 9 casos de privação de liberdade por medida socioeducativa de regressões de Liberdade Assistida ou Prestação de Serviço à Comunidade (2 do interior e 7 de POA).

No que tange às regressões de medidas socioeducativas, convém esclarecer que o dado acima mencionado refere-se ao período entre 28/5/2002 e 28/5/2006. No entanto desde 04/04/06, houve um posicionamento oficial do Judiciário por meio do Juiz da Vara de Execuções de Porto Alegre dirigido à FASE, FASC e Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, comunicando a deliberação de que a partir daquela data não mais decretaria regressões pelo descumprimento de medidas aplicadas em sede de remissão, uma vez que quando é concedida remissão pelo Ministério Público, o processo seria excluído, suspenso ou extinto, portanto, não mais existiria. O mesmo Juiz fundamentou sua decisão ressaltando que se tornava

ilegal a privação de liberdade em casos de descumprimento de LA ou PSC, uma vez que tais medidas sócio-educativas foram decretadas em sede de remissão, e que ninguém poderá ser privado de liberdade sem o devido processo legal.

Tal movimento traduz a preocupação “pelo uso indiscriminado da privação da liberdade como mecanismo de superação das falhas de todo o sistema, desde as políticas básicas até o próprio sistema sócio-educativo, passando, sobretudo, pela área protetiva” (BRANCHER, 2005, p. 2).

Quanto ao desfecho das privações de liberdade realizadas nesse período, ou seja, qual a situação jurídica dessas adolescentes por ocasião de seu desligamento da FASE, tem-se a seguinte conformação:

Tabela 4 - Desfecho das Internações Provisórias recebidas pelas adolescentes

Desfecho da IP	Nº	%
Remissão simples	1	9,09
Remissão cumulada com PSC ou LA	3	27,27
Remissão cumulada com PSC + medida protetiva	1	9,09
Remissão + medida protetiva	1	9,09
ISPAE	2	18,18
Sem informação	3	27,27
Total	11	100

Fonte: Prontuários Sociais do CASEF, coleta realizada de agosto a dezembro de 2006

Tabela 5 - Desfecho das Regressões de Medida recebidas pelas adolescentes

Desfecho da RM	nº	%
Extinção de LA	2	22,22
LA + medida protetiva	4	44,44
LA	1	11,11
Extinção de PSC + medida protetiva	1	11,11
Sem informação	1	11,11
Total	9	100

Fonte: Prontuários Sociais do CASEF, coleta realizada de agosto a dezembro de 2006

Em ambas as tabelas, os índices em destaque sinalizam mais uma vez o quanto as medidas protetivas aplicadas cumulativamente com as medidas socioeducativas podem espelhar o mesmo fenômeno analisado nas questões iniciais deste estudo, em que o sistema protetivo está sendo invocado pela socioeducação, ou seja, acessa-se ao campo das garantias de direito das adolescentes por meio da criminalização.

O envolvimento em atos infracionais por adolescentes está relacionado com as experiências sociais e suas trajetórias de vida, o que na pesquisa documental aponta para experiências relacionadas com suas famílias, com a escola, o trabalho e a sexualidade, em suas múltiplas determinações. Importante apontar que na família não reside uma das possíveis causas do cometimento de um ato infracional, mas que os membros da família sofrem influências desta assim como do meio e das relações que se estabelecem nesse meio, transversalizadas por questões de trabalho, comunidade, grupos de iguais, escola, Igreja.

Infelizmente a família acaba por ser culpabilizada e até criminalizada quanto a possíveis determinações da delinqüência, no que o tema tem assumido tradicionalmente pauta sob dois aspectos: a estrutura e a natureza das relações familiares. São comuns fundamentações pontuadas nos papéis tradicionais de pai e mãe, em uma época em que este padrão familiar está-se modificando.

A experiência da pesquisadora por meio do trabalho técnico, nas várias institucionalidades envolvidas, indica que as referências que prevalecem nos trabalhos técnicos (pareceres, estudos sociais, laudos) são conservadoras, categorizando-as como desestruturadas ou desajustadas, não levando em conta aspectos já mencionados anteriormente.

No que se refere às relações familiares das adolescentes, faz-se necessário destacar que a análise poderia tomar em conta um conceito básico e simplificado de família, ou seja, de um: “grupo de pessoas diretamente unidas por conexões parentais, cujos membros adultos assumem a responsabilidade pelo cuidado das crianças” (GIDDENS, 2005, p. 151); ou um conceito ultrapassado, segundo Fonseca (2002), que se restrinja à família conjugal, implicando na co-residência entre um casal e seus filhos, regado por valores morais universais. Dessa forma não se teria a possibilidade de alcançar a diversidade, dinamicidade e complexidade das múltiplas relações familiares que conformam referências afetivas significativas para essas adolescentes.

Percebe-se que a família vem sofrendo por alterações significativas em seus padrões no decorrer das últimas décadas, no que Giddens sugere ser mais apropriado, ao se tratar sobre o tema, falar sobre “famílias” em razão de não haver um único modelo, enfatizando as diversidades pelas quais as famílias vêm se constituindo. “Pesquisas no campo da história social sugerem que, há tempo, as camadas populares no Brasil conhecem uma tradição familiar bem diferente do modelo conjugal estável” (FONSECA, 2000, p. 57), afirmando ainda a mesma autora (2002) que a construção de modelos alternativos de vida social, entre eles a família, é um processo vigente nos dias de hoje, o que foge da lógica previsível da modernidade.

Assim, no âmbito deste trabalho, não se assume um conceito fechado e estanque de família, mas reflexões fundamentais que vêm pautando cotidianamente a trajetória profissional da pesquisadora. Trata-se de compreender a família, em seu caráter mediador entre o sujeito e a sociedade, contemplando simultaneamente tanto suas relações internas quanto externas, considerando sua importância como dimensão significativa da experiência social dos sujeitos, a partir da visão de mundo dos seus membros, considerando as mediações que vêm sendo estabelecidas entre a família, comunidade, trabalho e o Estado.

Nessa perspectiva, as informações na tabela a seguir demonstram como se apresentam as relações familiares a partir de vínculos significados pelas adolescentes, como sendo suas referências de família.

Tabela 6 - Referenciais Familiares

Referenciais Familiares	Nº	%
mãe e irmãos	8	40
padrasto, mãe e irmãos	5	25
avó, tio e irmãos	2	10
mãe, avó e irmãos	1	5
prima e tia avó	1	5
sem informação	3	15
Total	20	100

Fonte: Prontuários Sociais do CASEF, coleta realizada de agosto a dezembro de 2006

Observa-se a ausência do pai em 100 % dos casos informados. De acordo com reportagem recente de um jornal de grande circulação de Porto Alegre “a cada grupo de 10 adolescentes internados na FASE em Porto Alegre, quatro não conviveram com o pai” (ZERO HORA, 20/05/2007, p. 35). De acordo com Giddens (2005, p.161), ao abordar o tema pai ausente, ele refere que:

alguns estudiosos sugeriram que a questão-chave não é se o pai está presente, mas o quanto ele está engajado na vida familiar. Em outras palavras, a constituição da família pode não ser tão importante quanto à qualidade do cuidado, do apoio e da atenção que os filhos recebem de seus membros.

Há estudos como os de Trindade (1998), que analisou a ausência do pai em um comparativo de adolescentes privados de liberdade em Porto Alegre e Sevilha; o de Beier (2000), que investigou a relação entre os prejuízos ocorridos pela ausência da função paterna e agressividade; e de Dias (2000), que pesquisou a escola e a função paterna como proteção à delinqüência juvenil, ambos confirmando a ausência do pai ou da figura paterna¹⁵, como sendo um fator importante na configuração da delinqüência juvenil.

Nesse sentido, Trindade se aproxima de Guiddens (2002, p. 178), quando aponta que:

a vida cotidiana contempla casos em que se verificam presenças ausentes, mais reais do que aquelas determinadas pelo desaparecimento ou pela morte [...] e que quando existe um substituto eficaz, os efeitos nefastos são sempre menos danosos.

Um dado interessante nesta relação realizador/recebido de cuidados é o quanto na relação social dessas adolescentes há precoces apelos para que assumam o papel de cuidadoras em relação aos irmãos mais jovens, pela posição que ocupam nas relações fraternais conforme tabela a seguir.

¹⁵ Os autores, quando utilizam o termo “ausência de figura paterna” referem-se a ausência do pai em todos os sentidos, tanto do pai biológico enquanto presença física, como presença de referências afetivas e de valores.

Tabela 7 - Posição entre irmãos, ocupadas pelas adolescentes

Posição entre irmãos	Nº	%
1ª filha	4	20
2ª filha	5	25
3ª filha	4	20
4ª filha	1	5
7ª filha	1	5
sem informação	5	25
Total	20	100

Fonte: Prontuários Sociais do CASEF, coleta realizada de agosto a dezembro de 2006

Como se percebe, as jovens vão sendo solicitadas a assumir posições de gênero que não foram integralmente ocupadas por sua mãe, conforme tabela 6 que, em 70% dos casos estudados, foi figura presente no convívio familiar.

Uma situação cada vez mais constante na atualidade é a mudança da posição de gênero na manutenção da família. No Brasil, segundo dados do censo do IBGE (2000), as famílias chefiadas por mulheres representam 24,9% dos domicílios brasileiros. Segundo Berquó (2001), esse é um fenômeno tipicamente urbano, a maioria é do tipo monoparental, destacam-se as mulheres mais jovens, separadas, negras, mais pobres e com baixo grau de escolaridade. A grande concentração da chefia feminina encontra-se nas camadas pobres (Castro, 1990, 1982; Goldani, 1994), visto que a própria condição de pobreza, e muitas vezes de miséria, conduz as mulheres ao mercado de trabalho em situações que vão desde o compartilhar a manutenção da casa com o companheiro, até responsabilizar-se sozinha pelo domicílio.

Na pesquisa de Duque-Arrazola 2000, p. 396), foi observado que:

na aparente repetição de um ciclo está expressa a contradição entre o desejo das mães de que as filhas tenham melhor destino e o reconhecimento de que esse 'melhor destino' tem íntimas conexões com a transgressão, que, sabem bem, é rigorosamente punida pela sociedade, situação de que desejariam preservar as filhas.

Observa-se que, segundo a referência acima, há uma contradição entre a expectativa materna de superação de um modo de vida por suas filhas e a receptividade social a essa possibilidade. Nessas circunstâncias a condição de gênero tem uma relação com a experiência de opressão: “pois como se sabe atribui-se à mulher, precipuamente, o principal papel de agente socializador” (DUQUE-ARRAZOLA, 2000, p. 397).

Pela resistência/desobediência das jovens aos modelos e comportamentos já determinados e esperados, a construção social da vulnerabilidade penal vai tomando corpo criminalizando-se as atitudes de resistência “às coisas de mulher”, pois, diferente das meninas, “o cotidiano dos meninos não parece necessitar ou exigir que eles resistam a seu existir de gênero ou o transgridam: ele é um existir de direitos, ao passo que o das meninas é um existir de obrigações e submissão” (DUQUE-ARRAZOLA, 1997, p. 397). Assim, levanta-se o questionamento sobre o cometimento do ato infracional por meninas como expressão de um tensionamento ao cotidiano de seu existir de gênero na experiência social dessas adolescentes.

“Eu não gosto que me digam o que eu tenho que fazer, não gosto de fazer a limpeza de casa, não gosto de muita coisa” (Líliam).

“Bah, aquele dia a mãe levou a chave lá pra cima e eu pulei o portão, e eu não gosto de ficar trancada nem em casa [...] fugi de casa naquele dia, eu queria um pouco de liberdade, mas eu tenho liberdade mais em casa do que aqui” (Claudia).

“[...] ela não queria ser mandada, ela não queria, ela queria só fazer o que ela queria, se fosse pra sentar e ela ficar a tarde toda ela não ficaria” (Dona Talita, mãe de Janaína).

São expressões das adolescentes e de familiares que demonstram seu modo de resistência à opressão e submissão, pela via da “desobediência”.

Sabe-se que a violência doméstica vem ganhando visibilidade cada vez maior nos meios de comunicação, como política pública e até mesmo como caso de polícia, no que tange a garantia de direitos de ambas as partes, tanto na responsabilização dos acusados como no devido tratamento de que necessitam as vítimas e agressores.

Para Chauí (1985, p. 35), a violência pode ser percebida por dois ângulos:

Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência.

Tabela 8 - Experiência de violência doméstica sofrida pelas adolescentes

Violência doméstica	Nº	%
Sim	13	65
Não	1	5
sem informação	6	30
Total	20	100

Fonte: Prontuários Sociais do CASEF, coleta realizada de agosto a dezembro de 2006

Dessas 65% (13) adolescentes que experienciaram a violência doméstica, 50% das vivências foram como vítimas, 5% (1) como autores e 10% (2) como autoras e vítimas concomitantemente.

Assim, por este estudo buscar identificar as questões de gênero relacionadas à vulnerabilidade penal na experiência social das adolescentes, optou-se em investigar, em caráter singular e complementar, a incidência de abuso sexual nas experiências das adolescentes. Tal questionamento não possui a intencionalidade de negar o abuso sexual como particularidade da violência doméstica, pois se toma por definição que:

o abuso sexual é uma forma de violência física e/ou psíquica, na qual o abusador, sem consentimento válido, aproveitando-se de sua superioridade sobre a criança e/ou confiança que ela lhe deposita, busca a sua satisfação sexual, causando nela danos psíquicos e/ou danos físicos (DOBKE, 2001, p. 27).

Tabela 9 - Experiência de abuso sexual sofrido pelas adolescentes

Abuso sexual	Nº	%
Sim	5	25
Não	4	20
Sem informação	11	55
Total	20	100

Fonte: Prontuários Sociais do CASEF, coleta realizada de agosto a dezembro de 2006

Acerca da identificação das cinco meninas que haviam sofrido abuso, em duas situações o abusador era o pai, em uma o padrasto, em uma o tio e em outra um desconhecido. No que se pode perceber, a situação de abuso sexual predominante é a intrafamiliar, ou seja, “a prática ocorre no âmbito familiar, que abarca a maioria dos casos” (DOBKE, 2001, p. 27).

Nessa tabela levanta-se um sinal de alerta para o índice de 55% dos prontuários analisados não apresentarem a informação a respeito do abuso sexual, em se tratando de uma instituição para atendimento de adolescentes mulheres, podendo-se daí inclusive questionar: Os profissionais que atendem as adolescentes durante a internação estão atentos e preocupados com essa situação?

Quanto à experiência familiar com ato infracional, dos 20 prontuários analisados, 30% (6) das jovens possuíam familiares envolvidos em outros atos infracionais, 50% (10) não possuíam familiares envolvidos em atos infracionais e em 20% (4) dos prontuários não foi possível identificar a informação. Assim, a tabela a seguir demonstrará quem são os membros da família envolvidos nesses atos infracionais.

Tabela 10 - Envolvimento familiar em Ato Infracional

Membro da família	Nº	%
Mãe	1	12,5
Pai	1	12,5
Irmãos	3	37,5
Irmãs	1	12,5
Padrasto	1	12,5
Tias	1	12,5
Total	8	100

Fonte: Prontuários Sociais do CASEF, coleta realizada de agosto a dezembro de 2006

Dos seis casos em que havia membro da família envolvido em atos infracionais, quatro estavam relacionados aos irmãos, independente da posição da jovem entre os irmãos (ou a prole). Há estudos (ASSIS, 1999) que apontam a maior chance de envolvimento em atos infracionais quando já há a ocorrência por parte de um irmão ou outro membro da família, o que está relacionado quando afirma que “os estímulos mais diretos e intensos à delinquência são o grupo de amigos e o controle social (escola, família, comunidade e Igreja) estabelecido sobre os jovens” (ASSIS, 1999, p. 24), uma vez que estes estão expostos às mesmas situações de vulnerabilidade, tanto do espaço público como do espaço privado. Ainda a mesma autora ressalta que:

entre os principais fatores de risco associados ao infrator estão: consumo de drogas, círculo de amigos, tipos de lazer, auto-estima, posição entre irmãos, princípios éticos (reconhecimento de limites entre o certo e o errado), presença de vínculos afetivos em relação à escola (ou aos professores) e sofrer violência dos pais (ASSIS, 1999, p. 201).

A atual Constituição Federal, no artigo 227, estabelece como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, dentre outros direitos, a educação. Embora seja um direito garantido e assegurado, seria ingênuo pensar, tanto o mundo do trabalho como a educação, de forma descontextualizada quanto às transformações societárias que o modo de

produção capitalista vem engendrando, uma vez que estas têm influenciado decisivamente o papel que a educação possui na inserção e na trajetória ocupacional ao longo da vida das pessoas. A transição da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento vem a exigir uma maior preparação em termos de educação e formação dos jovens para o mercado de trabalho, o que se percebe estar muito distante da realidade das adolescentes estudadas.

A escola é um lugar concebido para que todos, dos seis aos quatorze anos (no mínimo), estejam dentro dele, um lugar não apenas para estar dentro, mas também um lugar que possibilite “ser”.

A condição de escolaridade das adolescentes caracterizou-se por 65% (13) das adolescentes estarem estudando, 10% (2) não estudarem, sendo que o restante dos prontuários sociais, ou seja, 25% (5) não apresentavam informação alguma a respeito. “Desde a década de 80 o acesso à escola está praticamente universalizado” (MADEIRA, 1997, p. 90). Mas que formas de socialização vem reproduzindo a escola, enquanto política pública?

Aprender, para a maioria das professoras do ensino fundamental, é não errar, o que no mínimo é surpreendente, já que parece uma tarefa impossível do ponto de vista de quem está aprendendo. Errar, por sua vez, cobre uma variedade enorme de comportamento — significa desobedecer, negligenciar, desafiar, ser indisciplinado, uma vez que aprender é seguir o modelo, copiar, repetir, calar e sentar (SAFFIOTI, 1997, p. 88).

Conforme pesquisa realizada em escolas (DUQUE-ARRAZOLA, 1997), tendo sido ouvidos meninos, meninas, professores e professoras, concluiu-se que meninos costumam faltar mais à escola, apresentam mais alto índice de reprovação e evasão; meninas são menos bagunceiras, menos dispersas, menos desleixadas. Meninas costumam ser mais esforçadas para aprender, perguntam mais que os meninos “o que deveria se esperar mais dos meninos, futuros chefes e provedores” (DUQUE-ARRAZOLA, 1997, p. 391), demonstrando assim que a escola, como agente socializador, construtor, modificador e transmissor de valores, tem não só aceitado mas também legitimado e reforçado as relações sociais de gênero e divisão sexual do trabalho no cotidiano da sala de aula.

Tabela 11 - Escolaridade das adolescentes

Grau de escolaridade	Nº	%
2ª série do EF	1	5
3ª série do EF	6	30
4ª série do EF	5	25
5ª série do EF	5	25
Sem informação	3	15
Total	20	100

Fonte: Prontuários Sociais do CASEF, coleta realizada de agosto a dezembro de 2006.

Entre as adolescentes que estudam, fica evidenciada a defasagem escolar, pois, dentre a faixa etária pesquisada, predomina a escolarização entre as 3ª, 4ª e 5ª séries, contrariando a escolaridade adequada entre a série freqüentada e idade, ou seja, de 6ª a 8ª série do Ensino Fundamental, o que se confirma em Madeira (1997, p. 89):

Uma série de estudos qualitativos na área educacional já constatou que as repetências, o atraso e, finalmente, a exclusão precoce descrevem a trajetória de uma carreira escolar que, de tão comum, já é considerada 'normal' pela população.

Existem variáveis demonstradas em outros estudos (Madeira, 1996), que esta defasagem série/idade poderá estar relacionada ao trabalho infantil, bem como ser uma questão relacionada tanto a fatores externos como internos à política de educação. Em Madeira (1997), encontrou-se que, mesmo entre os casos de crianças que não trabalham, os níveis de defasagem são muito altos, ou seja, 65%.

Segundo Pochmann (2004, p. 227), o trabalho pode apresentar diferentes identificações para o ser humano podendo:

estar vinculado ao desenvolvimento humano, especialmente na sua forma ontológica, que representa a capacidade do homem de transformar a si próprio e a natureza [...] mas também e principalmente com condição de financiamento da sobrevivência humana, nem sempre associado ao desenvolvimento humano.

No que tange à experiência de trabalho por parte dessas adolescentes, como possível contribuição na renda familiar, não fora identificada relação alguma da defasagem escolar com o trabalho infantil, pois se observou que entre as 20 jovens analisadas, apenas 3 (15%) possuíam a experiência de atividade laborativa anterior à MSE¹⁶; 1 (5%) não apresentava experiência; e nos prontuários de 16 (80%) adolescentes a informação não foi encontrada. No entanto identificaram-se alternativas de subsistência vividas pelas adolescentes em suas trajetórias, compreendidas como experiência social de risco, configurando-se como situações de risco pessoal/social na infância e adolescência, segundo MOLAIB (2005) casos de

abandono e negligência, abuso e maus-tratos na família e nas instituições, exploração e abuso sexual, trabalho abusivo e explorador, tráfico de crianças e adolescentes, uso e tráfico de drogas, conflito com a lei, em razão de cometimento de ato infracional,

o que demonstra a tabela a seguir.

Tabela 12 - Experiência social de risco

Experiência social de risco	sim		não		Não informado	
	nº	%	nº	%	nº	%
Mendicância	3	15	-	-	17	85
Prostituição	4	20	1	5	15	75

Fonte: Prontuários Sociais do CASEF, coleta realizada de agosto a dezembro de 2006

¹⁶ As experiências relatadas nos prontuários foram uma em atividade agrícola, e as outras duas em atividade doméstica em sua própria casa.

Dessa forma, pode-se inferir, com base nos dados expostos anteriormente, que a atividade laborativa/trabalho não se constitui como causa da retenção escolar. É possível afirmar, indo ao encontro da possibilidade já referida, que uma das causas possíveis da defasagem poderia ser fatores internos e externos à política de educação, em que, de acordo com Baratta (2002), a escola, pelo seu modo de atuação, dentre outras instituições que constituem nosso cotidiano e que são responsáveis por grande parte da socialização dos sujeitos, compõe o grupo que participa da produção de sujeitos seletivamente “habilitados” para uma carreira estigmatizada, discriminada, podendo alcançar os patamares da vulnerabilidade social e penal.

As condições de saúde a que estão expostas as adolescentes também poderão ser outro fator que contribua para a seletividade do sistema penal e diz respeito diretamente sobre suas inserções nas políticas públicas de saúde e sobre a efetividade destas em sua vida.

As adolescentes ingressam na vida sexual cada vez mais cedo, estão virando mães precocemente, em uma concreta contradição: vida sexual adulta e imaturidade presente numa infância que lhes foi roubada. Além da gravidez precoce, com parceiros eventuais e até mesmo anônimos, ficam expostas ao risco de contaminação por DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis).

São jovens que, com relação à saúde, mais especificamente com relação à gestação, anticoncepção e uso de drogas apresentaram a seguinte experiência em sua trajetória de vida.

Tabela 13 - Método Contraceptivo utilizado N= 17¹⁷

USO DE MÉTODO CONTRACEPTIVO	INCIDÊNCIA	
	Nº	%
SIM	7	41,17
NÃO	10	58,82
Total	17	100

Fonte: Prontuários de saúde do CASEF, coleta realizada de agosto a dezembro de 2006.

¹⁷ O número total de adolescentes é igual a 17, diferindo de 20, porque 3 prontuários de saúde não foram localizados dentre as 20 adolescentes estudadas.

É de conhecimento geral que a anticoncepção na adolescência é um problema difícil de ser enfrentado. Não basta a adolescente conhecer os métodos de anticoncepção a serem enfrentados, mas sim que a atividade sexual, tanto de meninos como de meninas, seja conversada, seja estimulada a ser tratada como uma prática de responsabilidade de ambas as partes, de forma a ser possível a prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis e de uma gravidez indesejada.

[...] não basta a adolescente conhecer os métodos anticoncepcionais para usá-los. Como a atividade sexual não é autorizada socialmente, o psiquismo da jovem produz bloqueios e “esquecimentos” na hora das relações. Isto é perceptível porque a adolescente é capaz de citar as vantagens e desvantagens de diferentes métodos. No entanto, por causa da falta de maturidade emocional, do sentimento de culpa em relação à sua sexualidade ativa, do mito da virgindade e de uma série de tabus e desinformações que alimentam medos nas adolescentes — “faz mal à saúde, engorda, dá câncer, deixa estéril” —, a utilização de contraceptivos torna-se complicada a ponto de interferir na disposição de assumi-los (TAKIUTI, 1997, p. 250).

Assim, a tabela seguinte aponta que, dentre o grupo estudado, a experiência da gestação é algo que já se inicia, podendo-se ousar em afirmar que, se analisada a tabela anterior, onde o índice do **não** uso de método de anticoncepção é de 58,82%, o índice de gestação tenderá a aumentar com o passar dos anos.

Tabela 14 - Experiência de gestação pelas adolescentes N= 17

GESTAÇÃO	INCIDÊNCIA	
	Nº	%
SIM	3	17,64
NÃO	14	82,35
Total	17	100

Fonte: Prontuários de saúde do CASEF, coleta realizada de agosto a dezembro de 2006.

O fato de dar à luz pode significar a tentativa de um rito de passagem da adolescência para a vida adulta. No cotidiano de trabalho da pesquisadora, pode ser observada, a partir de inúmeras entrevistas com adolescentes grávidas ou já mães,

que, ao contrário do que muitas vezes se afirma, a gravidez aconteceu por desejo e não por descuido ou ignorância. A gravidez, ao ser vista como um episódio não isolado, também poderá estar associada a um processo de busca de identidade, reconhecimento e tentativa de ruptura com o estabelecido.

Estimativas indicam que, no Brasil, 1.000.000 de adolescentes entre 10 e 20 anos de idade dão à luz todos os anos. [...] A proporção de mães com menos de 15 anos vem crescendo mais do que em qualquer faixa etária. A probabilidade de as adolescentes entre 15 a 19 anos terem um filho oscila entre 70 por mil nascimentos, com valores acima de 100 em alguns estados do Norte e Nordeste e inferiores a 60 em estados do sul do país (TAKIUTI, 1997, p. 253).

Sabe-se que as incertezas são características desta fase de transição, que é a adolescência. É quando emergem as dificuldades para sua inserção em novas situações, implicando no rompimento com tantas outras. A busca de soluções mágicas para resolver os problemas a serem enfrentados poderá ser uma alternativa adotada, assumindo comportamento de risco por meio do consumo de drogas. A tabela a seguir abordará o uso de drogas ilícitas, em conformidade com o ECA¹⁸, pelo grupo de meninas analisadas.

Tabela 15 - Uso de drogas pelas adolescentes N= 17

USO DE DROGAS	INCIDÊNCIA	
	Nº	%
SIM	15	88,23
NÃO	2	11,76
Total	17	100

Fonte: Prontuários de saúde do CASEF, coleta realizada de agosto a dezembro de 2006.

É possível ser percebido o expressivo índice de uso de drogas, que poderá ser compreendido como:

¹⁸ Álcool, tabaco e substâncias psicoativas.

Fruto de dificuldades pessoais, familiares e sociais vivenciadas pelas adolescentes. Da curiosidade, contestação e transgressão à obediência exigida; de atitudes de insaciabilidade, imediatismo e intolerância diante de frustrações; de uma incontrolável ânsia por prazer; de uma angústia diante das incertezas do mundo em que vivem (TAKIUTI, 1997, p. 253).

5.2 O MODO DE VIDA

[...] o mais importante é dispor-se a ouvir com os ouvidos abertos, dispor-se a ver com olhos que não julgam, apenas acolham e procurem compreender. Tudo o que consta neste relato flui pelos poros dos que vivem o drama na pele. Os canais da verdade são afetivos (SOARES, 2004, p. 152).

Na intenção de serem acolhidas, compreendidas, escutadas e vistas as experiências sociais das adolescentes privadas de liberdade, suas vozes são trazidas no relato das respectivas trajetórias. Na expectativa de situar o leitor, introduz-se uma breve descrição das histórias de vida de **Lílian, Cláudia e Janáina**¹⁹.

Lílian é uma adolescente de **18 anos** no momento da entrevista, procedente de Porto Alegre; a quinta filha de uma prole de seis, entre duas mulheres e três homens. Estes são filhos da primeira união da mãe de **Lílian**, que já possui mais três filhos de uma segunda união. **Lílian**, em seu primeiro ano de vida, passou a residir com a avó e a tia materna no interior do Estado, a fim de aliviar a sobrecarga da mãe, acerca da precariedade econômica e número de filhos. Até os seus dez anos manteve pouco contato com seus pais, quando estes a visitavam ou vice-versa. Há histórico de violência familiar, uso abusivo de substância psicoativa por familiares, abandono, e abuso sexual pelo irmão, tio e padrasto.

A partir de seus dez anos, passou a tentar residir com sua mãe, onde sofreu abuso sexual pelo padrasto, tendo passado a sair para a rua. A partir de então, iniciaram suas experiências pelo sistema protetivo, tendo passado por inúmeras instituições de Porto Alegre. É usuária de maconha, cocaína e crack. Cometeu atos infracionais (roubo qualificado e furto), passando a ser atendida pelo sistema socioeducativo, no qual ingressou aos **12 anos**. Em um de seus desligamentos do

¹⁹ Os nomes das adolescentes mencionadas são fictícios.

CASEF, foi transferida para a rede de proteção, onde tentou realizar visitas novamente a sua mãe, tendo, nessa ocasião, flagrado o padrasto tentando abusar de sua irmã de 14 anos. Novamente não aderiu à proposta de atendimento do abrigo, voltando a viver nas ruas, reincidindo em atos infracionais e retornando ao CASEF. Cabe destacar que, durante sua estada em abrigo, Lílian necessitou de internação psiquiátrica, permanecendo hospitalizada em torno de seis meses entre internação e hospital/dia. Tanto nos abrigos onde esteve, como no CASEF (até os 18 anos) onde cumprira Internação Provisória por roubo qualificado, Internação sem Possibilidade de Atividade Externa e após Internação com Possibilidade de Atividade Externa, a adolescente pouco contou com a presença de familiares (pai, mãe, irmãos, tia), sendo que, em ocasiões em que fora visitada na instituição, manifestava não se sentir à vontade por falta de intimidade e, posteriormente, as visitas realizadas aos familiares foram bastante conturbadas.

Cláudia tinha 13 anos na época da entrevista, é procedente de Porto Alegre e de uma família composta pela mãe e cinco filhos, sendo ela a terceira da prole. A mãe teve seu primeiro filho de uma relação eventual, após se unindo com o pai de seus demais filhos. O irmão mais velho e as duas irmãs menores estudam e apresentam bom aproveitamento escolar. O segundo filho da prole, assim como **Cláudia**, vem apresentando problemas na escola, envolvendo-se em atos infracionais, além de estar em cumprimento de medida socioeducativa.

O pai faleceu quando **Cláudia** tinha aproximadamente 7 anos, assassinado por motivos de disputas e vinganças relacionada ao tráfico de drogas. A mãe sempre trabalhou como diarista e refere que havia pouco tempo da entrada do marido “neste tipo de vida” [sic], quando ocorreu seu assassinato. Há várias situações de envolvimento familiar (pai, tios, irmão e primos) com a justiça, chegando inclusive à privação de liberdade destes.

Cláudia aos 13 anos ingressou em cumprimento de Internação Provisória por Roubo a pedestre, sem uso de arma e seguido de lesões corporais, na época da entrevista. Após a IP recebeu MSE de Internação sem Possibilidade de Atividade Externa (ISPAE) e, após seis meses, Internação com possibilidade de Atividade Externa (ICPAE). Ela já havia recebido uma PSC por lesões corporais a uma colega da escola, MSE que ainda não havia iniciado a cumprir. A adolescente estava cursando a 1ª série do Ensino Fundamental, em escola regular de sua comunidade, onde vinha apresentando dificuldades relacionadas à indisciplina e aproveitamento,

ocasionando a disparidade entre série/ idade. Cabe salientar que a adolescente nunca apresentou evasão escolar.

Janaína é uma adolescente de 13 anos, na ocasião da entrevista, procedente de uma cidade do interior e de família composta pela mãe e duas filhas. Sua mãe, quando estava grávida de **Janaína**, foi negligenciada e maltratada pelo companheiro, pai da adolescente, ocasionando um problema na perna, que culminou com sua amputação, ainda grávida. Logo após o nascimento de **Janaína**, o casal se separou e, ainda no primeiro ano de vida da menina, conheceu seu segundo esposo, que assumiu Janaína como filha. Com esse novo companheiro, sua mãe teve sua segunda filha, passando a ter uma relação melhor que a anterior. Quando **Janaína** tinha 6 anos, o padrasto faleceu por atropelamento, repercutindo em vulnerabilidades nas relações e condições familiares. A mãe, Dona Talita, viúva com duas filhas, de quatro e seis anos, deficiente física, que não trabalhava até então, necessitou sair à procura de trabalho.

Janaína apresentou sérias dificuldades de aprendizado e adaptação ao ambiente escolar, como, por exemplo: brigas constantes com os colegas e dificuldade de concentração e permanência na sala de aula. Sua trajetória foi marcada por dificuldades de relacionamento tanto com a comunidade como familiar, prostituição infantil, evasão e insucesso escolar, permanência com tia materna, abrigo em sua comunidade, internação psiquiátrica em POA por uso abusivo de drogas e hetero-agressão e, a seguir, internação no sistema socioeducativo.

Sua irmã caçula tem bom aproveitamento escolar e participa de projetos de inclusão social na comunidade. Possui uma tia materna que já cumpriu pena por tráfico de drogas, com quem mantinha proximidade na ocasião em que ambas estavam em liberdade.

Janaína cumpriu internação provisória para “tratamento psiquiátrico”, conforme despacho judicial, tendo assim ingressado no sistema socioeducativo, quando com 12, anos por 30 dias, no CASEF (2005). Em 2006 retornou, inicialmente por IP (Internação Provisória) e após em MSE de Internação com Possibilidade de Atividade Externa (ICPAE) por vários furtos e roubo qualificado em sua comunidade. No período de um ano de internação, manteve contato esporádico e conflituoso com os familiares.

Na análise das entrevistas realizadas com as adolescentes privadas de liberdade e seus familiares, alcançou-se as seguintes categorias emergentes:

violência, desqualificação social e exclusão subjetiva por deslocamento de estereótipo de gênero.

Assim, tais categorias convergem ao modo de vida das adolescentes pesquisadas, como vivem sua vida, quais suas experiências sociais e que significados atribuem a isso. Cabe destacar que, dentre as principais categorias elencadas, emergiram subcategorias, conceitos que se inter-relacionam de forma dinâmica e não linear, que aparecem no decorrer do texto.

A **violência**, em seu sentido mais amplo tem feito parte da vida cotidiana dos indivíduos, acontece com todos, perpassando as relações sociais no sentido abrangente. É um fenômeno complexo, possuindo sentidos diferentes para diferentes sujeitos. As matrizes da violência são diversas, variando muito as manifestações desse fenômeno, conforme as regiões do país, do estado e das cidades e das comunidades, embora não deixem de ser “**violência**”.

Cerca de 45 mil brasileiros são assassinados por ano no Brasil. Em algumas regiões das grandes cidades, marcadas pelo drama da destruturação familiar, do desemprego, da degradação da auto-estima, da falta de acesso à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, os números chegam a patamares ainda mais alarmantes (SOARES, 2004, p.131).

Abordar a **violência**, colocando em relevo a adolescência implica analisá-la considerando sua relevância na influência de mentalidades, de padrões de sociabilidade, seus efeitos na vida pública e privada, sua presença em todas as instituições, mesmo naquelas consideradas tradicionalmente as mais protetivas, como a família e a escola, assim como aquela a que atribuímos a função de arbitrar os conflitos e de proteger os cidadãos (regulação social), o Estado.

Na análise realizada, a violência apareceu com diferentes facetas, no âmbito das relações institucionais, familiares, de gênero, entre iguais e no entorno da comunidade. Para Chauí, 1998, **violência** “é toda prática e toda idéia que reduz um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural”, e, enquanto coisa, não é alguém, não é reconhecido, não pertence a nada, não é visto, é desqualificado completamente.

Para Costa (1986, p. 17), **violência** é “toda aquela situação em que o indivíduo foi submetido a uma coerção e a um desprazer absolutamente desnecessário ao crescimento, desenvolvimento e manutenção de seu bem-estar psíquico”.

As adolescentes apareceram “coisificadas”, sem voz, sem direitos. São adolescentes que em suas trajetórias experienciaram de alguma forma a invisibilidade, a indiferença na casa, na família, no espaço privado e, após, na rua, na escola, nos espaços públicos, enfim nas diversas instituições que percorreram. São trajetórias de invisibilidade e de resistência “para opor alguém a ninguém” (CHAUÍ, 1994, p.135), situações que se iniciaram no espaço privado (a casa) chegando ao espaço público (escola, rua, abrigos protetivos e instituições socioeducativas).

Oliveira (2001, p. 63) afirma que a delinqüência juvenil é “a busca do que lhe foi roubado, o que de outra forma lhe pareceria impossível. Uma inclusão às avessas”. Ela ocorre pela via da busca por reconhecimento, pela legitimação de um lugar, de um espaço, pelo clamor de um olhar e de uma escuta.

A seguir é possível a identificação das expressões das adolescentes quanto às **diferentes facetas da violência experienciada**:

[...] na família

eu apanhava de relho, de garfo de churrasco, de vara do pátio, de tudo, até uma pedra eles jogaram, os meus primos, não minha família. E sexual eu tive bastante também, eu tive um envolvimento com meu irmão, com meu tio, depois vim pra cá em Porto Alegre, eu tive um envolvimento com meu padrasto né, tive várias coisas (Líliam).

Cláudia se referindo ao pai: “[...] ele era muito violento com a gente mas eu gosto dele”.

“[...] ele tocava a gente na parede, dava na gente”.

As falas revelam manifestações da **opressão por figura de autoridade que é masculina**, exercida por meio de força física, coerção e abuso sexual, imprimindo subordinação como modo de sociabilidade de gênero.

Cláudia relata o que seu pai dizia a ela e aos irmãos, indicando que a violência era a forma de exercício de autoridade e de obtenção de reconhecimento:

Vocês nunca discutem, nunca faz força, o negócio é ter que abaixar direto, o meu pai sempre falava. O meu irmão vivia armado pra cima e pra baixo, e o meu pai falou que o dia que ele aceitasse pra alguém, ia pretear pro lado dele, o pai sempre falava: Vocês nunca fiquem batendo boca no meio da rua, o negócio é pegar um cano e abaixar direto (Cláudia).

[...] no entorno

“A tia Nita morreu por que mataram ela, por que o marido dela devia...daí pedalar a porta e mataram ela junto” (Cláudia).

“[...] por que nós saía tudo de bandão, os guris da vila saem tudo armado e se chamasse pra brigar, eles não queria largar na mão” (Cláudia).

A **naturalização da violência como forma de sociabilidade nas relações sociais**, onde tudo fica banalizado, tanto o uso de armas, como a perda dos familiares, a dívida ao tráfico [...].

[...] entre iguais, Cláudia relatando uma situação de violência com as amigas [...].

“Ó uma vez eu levantei elas pelos cabelos, as duas. Uma vez eu dei um bofetão no meio do ouvido delas”.

“Eu esperei a hora da saída e deformei todinha a cara da guria”.

Lílian expressando sentimentos de sofrimento devido ao rechaço e não reconhecimento pelo grupo de iguais: *“Quando as gurias iam fazer alguma coisa assim eu sempre sobrava, por que eu não queria ou por que eu sobrava mesmo, daí eu me sinto assim excluída, e eu engordei assim daí guri é difícil assim, eu me sinto com vergonha perto deles”.*

Há uma busca, por meio da violência ou não, pelo reconhecimento entre iguais, que não é alcançado, ocorrendo **violência simbólica pela invisibilidade, pelo não reconhecimento**.

[...] na instituição

“Tem que ver quando eu ficava trancada no quarto. Eu batia nas paredes toda hora” (Claudia).

“Não é normal fazer o delito, mas estar presa é normal. Por que a gente acostuma, passa um tempo e a gente nem sente mais que está presa, pelo menos eu que faz tanto tempo” (Lílian).

São processos **de violência institucional que pretendem educar isolando, fechando portas e grades, uma legítima privação de direitos e liberdades**. São falas que demonstram resistência em sua subjetividade, a adolescente realizando a crítica quanto à normalização da violência institucional, denunciando o aprisionamento.

Em suas trajetórias elas experienciaram a desvalorização, um verdadeiro **aprendizado de desqualificação social**. . O conceito de *desqualificação social* explica bem o processo de expulsão gradativa de um modelo de sociabilidade centrada no trabalho como emprego, e neste como via de acesso e direito à proteção social. A desqualificação social remete a uma necessidade de renúncia ao reconhecimento, restando-lhes a opção da assistência social que as estigmatiza e as homogeniza.

Paugam, ao analisar as transformações do mercado, a precarização do trabalho e suas conseqüências para os indivíduos, concluiu que estas mudanças seriam responsáveis por um processo que ele designou de *desqualificação social*. Sua abordagem traz à discussão os estigmas relacionados às condições de vida degradadas ou precarizadas e ganha complexidade teórica na medida em que não é apenas uma forma de se referir a velhos problemas, mas aponta para a temática da chamada nova pobreza.

A fala de Lílian ratifica a desqualificação sofrida quando expressa sua **dependência pelos serviços públicos, ora da proteção, ora da socioeducação**.

*“Vida normal assim, que nem vocês são normais, tem casa, tem tudo, tem família, tem uma vida normal, que não precisa **depend**er de ninguém, que são amorosos que não são uma pessoa agressiva, uma pessoa que **não está à custa do governo**”*.

De acordo com o autor, nas sociedades modernas a pobreza não é somente o estado de despossuir; ela corresponde a um status social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa experiência (PAUGAM, 2003, p.46). Portanto, o conceito de desqualificação social

enquanto categoria analítica aplicada a este estudo deve ser entendido como: o processo, onde indivíduos em situação de marginalização se revestem de um *status* de inferioridade social, que, além de impedi-los de aprofundar um sentimento de pertencimento, serve de barreira que impede uma inserção adequada como cidadão, um processo constituído por uma série de fragilizações e ruptura dos vínculos sociais, por uma forma possível de relação de uma população tida como pobre e sua dependência dos serviços públicos (PAUGAM, 1999).

Percebeu-se nos relatos, tanto por parte de familiares como de adolescentes, um sentimento de incapacidade por praticamente tomarem de forma particularizada a responsabilidade pelas conseqüências dos rumos de sua trajetória de vida. Instala-se aí uma distorção do olhar que conduz a culpabilização individual dos sujeitos pelo próprio sofrimento, ocorrendo a **moralização da questão social**, pois há uma negação de sua dimensão coletiva, criminalizando os sujeitos, transitando (a questão social) da esfera pública para a privada.” atribuindo unilateralmente aos indivíduos singulares a responsabilidades por suas dificuldades” (IAMAMOTO, 2002, p. 27).

Cláudia, demonstrando em sua fala que não conseguia aproveitar as chances que as professoras lhe davam, para que minimizasse as atitudes violentas com os colegas: *“Quanto mais ela me dava chance mais eu piorava [...] eu fui expulsa do jogo por que eu ia dar num guri, que sem querer deu com o pé no meu braço, e eu falei que ia dar nele e fui expulsa do jogo”*.

Lílian atribuindo a sua falta de força de vontade à causa da continuidade de seu “mau comportamento”: *“Porque eu não tenho força de vontade para melhorar, acho que é porque não tenho empenho, eu acho que eu to melhorando e daqui a pouco eu recaio”*.

Dona Talita, mãe de Janaína, externando sentimento de solidão e de culpabilização por parte da rede de atendimento: *“E ninguém me entendia este lado, e só sabiam me criticar e dizer ‘mas por que ela faz aquilo’, também não entendia o porquê”*.

São falas que apontam tanto a **culpabilização como a responsabilização unicamente pessoal, pelas trajetórias de vidas experienciadas**, tanto por parte das adolescentes e familiares, como por parte da rede de atendimento.

Entende-se que o **estigma e o preconceito**, outra face da desqualificação social, estiveram e estão presentes na vida dessas adolescentes e de seus

familiares, situação que permeia tanto as vivências de violência, pois o estigma e o preconceito não deixam de ser uma forma de violência, como as fragilizações que fazem parte do processo de desqualificação social. Segundo França (1998, p. 203), preconceito é uma “opinião formada sem reflexão, um conceito antecipado, uma superstição [...], é um resultado de um raciocínio, da formação das idéias, um entendimento”.

A construção, aceitação e divulgação do preconceito e do estigma já são, em si, processos violentos, que geram violência. Essa construção é realizada por homens, seres pensantes, capazes de raciocínio e de intenções, sendo preciso, portanto, compreender melhor o estigma e o preconceito. O estigma é uma marca, um rótulo que se atribui a pessoas com certos atributos que se incluem em determinadas classes ou categorias diversas, porém comuns na perspectiva de desqualificação social. “O estigma é um sinal ou marca que alguém possui, que recebe um significado depreciativo” (BACILA, 2005, p. 24), não se tratando somente de atributos físicos, mas também da imagem social que se faz de alguém, ou seja, “é uma linguagem de relações e não de atributos” (GOFFMAN, 1988, p. 13), podendo ainda gerar profundo descrédito, sendo entendido como defeito, fraqueza e desvantagem (GOFFMAN, 1988).

Os rótulos dos estigmas decorrem de preconceitos, ou seja, de idéias pré-concebidas, cristalizadas, consolidadas no pensamento, crenças, expectativas particulares que acabam por se configurar em expectativas do coletivo e até uma introjeção por parte dos sujeitos como sendo aquela marca, aquele registro como verdadeiro, e, portanto, dívida a ser cumprida.

A seguir a expressão das próprias adolescentes e de familiares, pelas marcas que entendem possuir, demonstrando sua desqualificação: *“É uma coisa que me marca até hoje e vai me marcar sempre, de estar hospitalizada em um hospital psiquiátrico [...] eu acho que eu tenho problema mental, psicológico [...] me sinto impossibilitada de tudo”* (Lílian).

“A minha família, ela mesmo falaram que não gostam de mim, porque elas falaram que eu sou muito abusada [...] a minha família fala que eu incomodo por todos” (Cláudia).

“Mas os mais brabos da família são eu e o F, meu irmão” (Cláudia).

“Não gosto de mim. É isto. Não gosto de mim psicologicamente, não gosto de mim no colégio, não gosto de mim no corpo, não gosto de mim com as pessoas, não gosto de mim em nada” (Lílian).

A mãe de Janaína, comentando sobre a história da filha: *“Ninguém gostava de ficar perto dela, né, além que ela era malvada mesmo né e brigava muito né, quando ela não mordida, quando ela não convidava as crianças pra fazer coisa errada”*.

Por tamanha desqualificação, tanto em suas dimensões objetiva (raça, sexo, doença, pobreza [...]), como subjetiva (a atribuição ruim ou negativa que se faz a esses estados), entende-se que essa situação supera um estado de vulnerabilidade social, atingindo um estado mais particularizado/aprofundado, ao qual já se apontou anteriormente como constituinte da **vulnerabilidade penal**, categoria teórica utilizada neste estudo.

Somados a esse processo de vulnerabilização penal, observou-se também a evidência de **exclusão subjetiva por deslocamento de estereótipo de gênero** sofrida por algumas adolescentes, fazendo-se necessário que se considere gênero tanto como uma categoria de análise quanto como uma das formas que relações de opressão assumem numa sociedade capitalista, sexista, racista e colonialista .

Identificou-se nas falas que as meninas, de alguma forma, mostravam-se diferentes, em seus gostos, modo de ser, no que tange a “ser coisa de menina ou de menino”, um aspecto relacionado a estereótipos de gênero, pois **elas deslocam expectativas de modo de ser de gênero, no que se refere às expressões típicas de uma sexualidade e de uma estética feminina, sofrendo com isto rechaço, preconceito e desqualificação social.**

São expressões que revelam **resistência ao espaço doméstico privado**, e demonstram **opção pelo público e por vivências que, em nossa cultura, costumam ser vivências e jeitos de meninos**, não ficando definido (e por que deveria ficar??) se já se trata de uma orientação sexual ou de uma resistência aos papéis instituídos do feminino, papéis apreendidos em nossa sociedade, pois “não custa reafirmar que os grupos dominados são , muitas vezes, capazes de fazer dos espaços e das instâncias de opressão, lugares de resistência e exercício de poder” (LOURO, 1997, p. 33).

A mãe de Cláudia, referindo-se às situações do cotidiano com a filha:

[...] cada vez que eu chegava do serviço tinha fofoca dela de tá na rua solta, no meio dos guris, de não fazer nada, de dar no fulano, dar no beltrano, de ter dado pau nas crianças, não querendo limpar a casa, bota as criança pra limpar a casa na marra, ia pro campinho jogar no meio dos guris, quando eu chegava em casa era muito difícil de eu encontrar a C em casa!

Falas que demonstram sua resistência às tarefas domésticas e às regras institucionais:

Eu não gosto de limpar a casa, de fazer faxina, de limpar nada, não gosto de xingão, que gritem muito me xingando, e se ela fala do meu pai e fica gritando nos meus ouvidos. Por mim eu não to nem aí. Às vezes quando as tias (monitoras) estão me xingando eu começo a dar risada e finjo que não é comigo, entro pro quarto, bato a porta (Cláudia).

“Eu não gosto que me digam o que eu tenho que fazer, não gosto de fazer a limpeza da casa, não gosto de [...] não gosto de muita coisa” (Lílian).

Falas das adolescentes em que se revela a resistência às coisas de guria:
“Mas eu gosto muito mais de usar roupa de guri” (Cláudia).

“Eu acho que eu queria ser guri, pra jogar bola, guri faz vários esportes, guri dirige bastante carro, anda de moto, eu não sei por que Deus não me fez guri... eles me chamam de machona na vila e de Maria João” (Cláudia).

“Eu me sinto mal por que eu não tenho muito jeito de menina. Por que eu penso umas coisas, eu tenho vergonha do que eu penso... não sou delicada, sou diferente eu acho” (Lílian).

“Por que eu sou guria eu não tinha que estar me envolvendo aqui. Tá roubando. Estar na rua. Eu acho que eu tinha que estar fazendo coisa de menina” (Lílian).

Eu não brincava com as gurias, com as minhas primas assim, eu ficava mais brincando sozinha, eu odiava brincar de boneca assim tanto, só depois que eu fui brincar assim, mas eu preferia ficar pulando valeta com os meus primos, por isso que me chamavam de machorra, eu preferia estar jogando carreira, ta andando de bicicleta, estar fazendo corrida de bicicleta e daí começavam (os familiares) a me chamar dessas coisas assim...parece um macho esta guria (Lílian).

São falas que revelam a experiência social com a **exclusão subjetiva** que atravessa o modo de vida dessas meninas, construindo significados sobre sua posição de gênero a partir de relações marcadas por violência e desqualificação social.

5.3 POR ALGUMAS PALAVRAS DE SÍNTESE SOBRE A EXPERIÊNCIA SOCIAL DAS MENINAS PRIVADAS DE LIBERDADE

Os dados qualitativos quantificáveis deste estudo, provenientes da análise documental, vêm a dar visibilidade às condições objetivas, às circunstâncias materiais, àquilo que é enxergado, revelando da mesma forma o que ainda é invisível aos operadores do sistema, uma vez que esta análise provém de relatos de profissionais que integram a equipe técnica do CASEF. As condições de vida das meninas retratadas nos documentos, embora não expressivas numericamente, reafirmam a perversidade demonstrada pelas informações coletadas diretamente com as meninas e familiares, confirmada em suas falas, ao expressarem como vivem sua vida e o significado que vêm atribuindo a ela, “seus sentimentos, valores, crenças, costumes e práticas sociais cotidianas” (MARTINELLI, 1999, p. 23) no percurso de sua trajetória de vida. Assim observou-se que ambas as fontes (secundárias, por meio de documentos; e primárias, por meio das adolescentes e familiares) utilizadas neste estudo qualitativo se complementaram, ratificando simultaneamente dados encontrados, tanto numa como noutra.

Pode-se dizer que a investigação revela a realidade de meninas que experienciaram a violência de maneira naturalizada e como forma de sociabilidade, como um clamor pelo reconhecimento e visibilidade. São meninas que resistem aos papéis de gênero estabelecidos no decorrer da história, residindo no masculino o direito à opressão, transgressão, liberdade e superioridade, e no feminino o dever e a conformidade à submissão e opressão.

Dessa forma, diante do que emerge do contexto e do texto deste estudo, é possível destacarem-se alguns nós críticos do modo e condição de vida dessas adolescentes e que reverberam na sua vulnerabilidade penal:

- a) convocação precoce das meninas ao exercício de papéis domésticos, como cuidar da casa e dos irmãos, que, em suas formas de resistência, iniciam-se as transgressões e conseqüente ação seletiva dos agentes de socialização à vulnerabilização penal;
- b) predomínio de famílias chefiadas por mulheres, cuja figura paterna é ausente, o que simbolicamente traduz o poder punitivo privado, necessitando, ora, do poder punitivo público, pois como se dará o controle dos sujeitos para a proteção da perpetuação da nova ordem econômica?
- c) a figura materna, como mantenedora da casa (ocupando um papel masculino), acaba geralmente apresentando, maior dificuldade em assumir o papel masculino do limite, da lei e da punição do privado, pois essa mãe é uma construção social para a reprodução do papel feminino;
- d) presença de uma seletividade negativa, à medida que o Estado não é responsabilizado pela não garantia de direitos quanto ao acesso às políticas públicas protetivas, sendo a menina responsabilizada e punida pelo ato infracional, que veio a dar visibilidade à trajetória percorrida à desqualificação social;
- e) a tendência de vulnerabilização penal da juventude ganha contornos particulares para as meninas à medida que a garantia de seus direitos de proteção não se realiza e suas necessidades são pretensamente endereçadas pela socioeducação
- f) a invisibilidade das necessidades sociais dos grupos familiares às políticas públicas, assim como a ações afirmativas, repercutem na vulnerabilidade penal das meninas privadas de liberdade;
- g) relaciona-se o espaço privado na gênese do local do feminino na relação com a violência, à medida que a experiência social de violência doméstica se faz presente para todas as meninas entrevistadas em seus respectivos contextos familiares.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este estudo, ressalta-se que as considerações finais aqui destacadas não reúnem a intenção de conclusões generalizadas ou definitivas, mas de uma contribuição com as políticas públicas juvenis afetas à proteção e socioeducação, valorizando assim a experiência social da pesquisadora, como partícipe da execução de medidas socioeducativas privativas de liberdade. A pesquisadora possui implicação direta com o tema abordado, compreendendo que os “achados desvendados” devam reverter na qualificação daquilo que a instiga para que continue a contribuir com sua qualificação profissional, com os profissionais, com a área, com a instituição.

A pesquisa teve o propósito de uma análise qualitativa, ao se propor a investigar: a construção social da vulnerabilidade penal de gênero em meninas privadas de liberdade. Teve como intenção conhecer e analisar as relações de gênero e vulnerabilidade penal; identificar as experiências sociais que contribuem para a sua vulnerabilidade penal e quais as estratégias de enfrentamento utilizadas; o significado das políticas públicas em sua experiência social e suas repercussões na vulnerabilidade penal e até que ponto a privação de liberdade acaba-se constituindo em mecanismo invertido de acesso às políticas públicas.

As categorias teóricas que pautaram este estudo foram: vulnerabilidade penal, políticas públicas e gênero; e as categorias emergentes foram: violência, desqualificação social e exclusão subjetiva por deslocamento de estereótipo de gênero. A violência presente na experiência social das meninas desvendou-se em situações familiares (violência doméstica e sexual), na comunidade, na escola, em relação entre iguais e na instituição. Quanto à desqualificação social alcançou-se trajetórias de desvalorização e que repercutem na introjeção da subalternidade e de uma visão de si desqualificada, à medida que acessavam sucessivamente os serviços da proteção com pouca resolutividade. Finalmente a discriminação e o preconceito relacionado ao deslocamento do estereótipo de expectativas do modo de ser de gênero expressaram-se em rechaços na família, na comunidade e nas instituições que acessaram. Foram meninas rotuladas quando se diferenciavam em atos e manifestações usualmente esperados de meninos.

Ao final deste estudo, é possível considerar a importância das seguintes questões que convergem à construção social da vulnerabilidade penal das meninas privadas de liberdade:

- a) as trajetórias de vida das meninas são marcadas por ações de enfrentamento aos papéis tradicionais de gênero, decorrendo inicialmente em transgressões em casa (espaço privado) e após chegando ao espaço público (escola, programas protetivos, comunidade);
- b) há uma não contemplação, por parte das políticas públicas, no que tange às demandas das meninas e seus grupos familiares, referindo-se aqui não ao acesso, mas sim “a um não dar conta do recado”, endereçando a proteção por meio da socioeducação. A socioeducação garante, na maioria das vezes, o acesso, mas não garante a qualidade e efetivação do serviço prestado;
- c) tratam-se de políticas públicas despreparadas para ações afirmativas, que garantam o direito e a equidade entre os cidadãos, não de forma generalizada, mas em suas particularidades, suas singularidades;
- d) são trajetórias de vida onde as vivências e experiências de sociabilidade se realizam e se reconhecem pela violência, que acaba por naturalizar-se.

São meninas que iniciaram sua trajetória em um contexto que prevalece de forma bastante acentuada à desigualdade de gênero; uma educação que produz e reproduz o apreendido por sua mãe, em comportamentos, atitudes e tarefas domésticas como tarefas do feminino. Ao resistirem ao instituído, desobedecem a ordem, transgridem. Dessa forma, fica demonstrado que na experiência social dessas meninas há o precoce ingresso num processo seletivo, carregado por uma expressão de gênero, remetendo à ausência de políticas afirmativas que dêem conta desse fenômeno, pois é impossível a existência de um debate que pretenda dialogar com o universo da produção teórica do feminismo, negando a necessidade de ações afirmativas.

A falta de visibilidade desta opressão nas políticas, nos serviços, programas, faz a violência se naturalizar. O mal que se faz em nome do bem é a destruição de subjetividades, de sujeitos emancipados, livres, e que não são quaisquer sujeitos, são meninas que muito cedo são escolhidas por resistirem à opressão de gênero.

Assim entende-se como dever o apontamento de algumas sugestões, constituídas e confirmadas no decorrer deste estudo:

- a) o incremento de ações afirmativas junto às políticas públicas que compõem o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente;
- b) Incentivo à qualificação e capacitação profissional sistemática dos profissionais operadores das políticas públicas no que se refere à identificação e abordagem das questões de gênero nos serviços prestados;
- c) Incentivo e incremento do aprofundamento do estudo sobre gênero e ações afirmativas na formação dos profissionais de Serviço Social e áreas afins.

Espera-se, por meio deste estudo, serem lançadas luzes a um debate que ainda está por ser feito na área e no âmbito das políticas públicas, especialmente na socioeducação, no que se refere à garantia de direitos de meninas submetidas a toda sorte de vulnerabilidades, que se particularizam por condições e relações de gênero e se transformam em vulnerabilidade penal.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, 2002.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: SALLES, Mione Apolinário (Org). **Política Social, Família e Juventude**. Uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004, p. 61-78.

ASSIS, Simone de. **Filhas do mundo**: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro: Fiocruz: Rio de Janeiro, 2001.

ASSIS, Simone Gonçalves de. **Traçando caminhos em uma sociedade violenta**: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

AZEVEDO, M. A. & GUERRA, V. N. **Pele de asno não é só estória...** um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família. São Paulo: Roca, 1988.

BACILA, Carlos Roberto. **Estigmas**. Um estudo sobre os preconceitos. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

_____. O paradigma do gênero: da questão criminal à questão humana. In: CAMPOS, Carmen (org). **Criminologia e Feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
BECKER, Maria Josefina. A ruptura dos vínculos: quando a tragédia acontece. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug (Org.). **Família brasileira, a base de tudo**. 5. ed. São Paulo: Cortez; Brasília; DF: UNICEF, 2002, p. 60-76.

BERGUER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BERQUÓ, Elza. **Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil**. Trabalho apresentado no Seminário “Estudos de Gênero face aos dilemas da sociedade brasileira”, promovido pelo III Programa Relações de Gênero na Sociedade Brasileira da Fundação Carlos Chagas. Itu, 13-16 de março 2001.

BRANCHER, Leoberto. Juiz de Direito. Ofício GAB 138/2005. Em 13/10/2005. Poder Judiciário, Estado do RGS. **Regressões de medidas aplicadas em sede de remissão**. 4p. (mimeo).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, out. 1988. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2005.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/l8069.htm> em: 21 nov. 2007.

BRASIL. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. SEDH, CONANDA, Brasília, maio de 2006.

CARDOSO, Sara Oliveira. **Jovens Mulheres: identidades, vivências e transgressão**. Dissertação de Mestrado em Educação. PUCRS, 2007.

CARVALHO, Luiza M. S. Santos. A Mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e da chefia domiciliar. In: **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, v. 6, n. 1/98.

CASTRO, Mary Garcia. **Mulher pobre chefe de família: outra estratégia de reprodução ou outra reprodução da estratégia de opressão?** Vitória: ABEP, 1982, v. I.

_____. **Mulheres chefes de família, esposas e filhas pobres nos mercados de trabalho metropolitanos** (regiões metropolitanas de São Paulo e Salvador, 1980). Caxambu: ABEP, 1990, v. II.

CHAUÍ, Marilena. **Participando do debate sobre mulher e violência**. Em: *Perspectivas Antropológicas da Mulher* (p. 25-62). Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. **Ética e violência**. São Paulo, 1998. (mimeo.).

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

COELHO, Edmundo C. A criminalidade urbana violenta. Dados. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 145-83, 1988.

COHEN, C. O incesto. In: M.A. Azevedo & V.N. Guerra (Orgs.). **Infância e Violência Doméstica**: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1993, p. 211-225.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética dos Assistentes Sociais**, aprovado em 13/03/1993. Brasília, 1993. Coletânea de leis.

COREDES. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/resumo/index.php>>. 16/04/2007. Acesso em: 23 mar. 2006.

COSTA, Jurandir Freire. **Violência e psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

CUNHA, E da P. e CUNHA, E S.M. Políticas Públicas Sociais. In: CARVALHO, A. et al. **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

CURY, M. et al. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**: comentários jurídicos e sociais. São Paulo: Malheiros, 1992.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DOBKE, Veleda. **Abuso Sexual**: a inquirição das crianças, uma abordagem interdisciplinar. Porto Alegre: Ricardo Lenz Editor, 2001.

DUQUE - ARRAZOLA, Laura Suzana. O cotidiano sexual de meninos e meninas em situação de pobreza. In: MADEIRA, F. R. (Org.), **Quem Mandou Nascer Mulher?** São Paulo: Rosa dos Tempos. Unicef, 1997, p. 341-402.

ESTIGMA. Disponível em: <<http://www.kinghost.com.br/dicionario/estigma.html>>. Acesso em: 05 nov. 2007

FALEIROS, Vicente de Paula (Coord.). **Política, sociedade, família e criança**. Brasília: (mimeo), UnB, 1988.

FALEIROS, Vicente de Paula (Coord.). **Estratégias em Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FERRARI, Mario; KALOUSTIAN, Silvio Manoug. Introdução. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. 5. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2002. p. 11-15.

FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Família, fofoca e honra**. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.

FRANÇA, Sonia Aparecida Moreira. Diferença e preconceito: a efetividade da norma. In: AQUINO, Júlio Groppa (Org.). **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. 5. ed. São Paulo: Sumus, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: PRATES, Jane Cruz (Org.). **Polígrafo: Didático de Pesquisa Social**. Porto Alegre, 2005. (mimeo).

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GOFFMAN Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Tradução de Maria Bandeira de Melo Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. In: **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 91, 1994.

GONÇALVES, E. Amar, namorar, ficar. In: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Sexualidade: prazer em conhecer**. Livro do professor. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2001. p. 143-156.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda V. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade. In: **Atribuições privativas do(a) Assistente Social em questão**. Comissão de Fiscalização, CFESS, Brasília, 2002.

IBGE. **Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000**. IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

IDH. Disponível em: <<http://www.riogrande.com.br/>>. Acesso em: 28 jun. 2007.

JORNAL ZERO HORA. **O DNA da violência**. Carlos Etchichury, Porto Alegre, ano 44, n. 15240, p. 35, 20 maio 2007.

KLIKSBERG, Bernardo. **Desigualdade na América Latina: o debate adiado**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. rev. ampl. São Paulo : Atlas, 2001.

LAVINAS, Lena. Gênero, cidadania e adolescência. In: MADEIR, Felícia Reicher (Org.). **Quem mandou nascer mulher?** Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1997. p. 11-43.

LEVANTAMENTO Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/sedh>>. Acesso em: 13 dez. 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MADEIRA, Felícia. **Quem mandou nascer mulher?** Estudo sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. UNICEF, 1997.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. 3. ed. São Paulo: Veras, 2003.

MICHOUD, Yves. **A Violência**. São Paulo: Ática, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Abrasco, 2000.

MOLAIB, Maria de Fátima Nunes. **Crianças e adolescentes em situação de risco e suas relações com a Instituição Conselho Tutelar**. Elaborado em: nov. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8231>>. Acesso em: 28 ago. 2007.

MORAES, Roque. Uma experiência na pesquisa coletiva: introdução à análise de conteúdo. In: GRILLO, Marlene C. (Org.). **A construção do conhecimento e suas mediações metodológicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p. 111-130.

_____. Análise de Conteúdo. **Educação** - PUCRS, Porto Alegre, ano XXII(37):7-32, mar. 1999.

_____. **Mergulhos Discursivos**: qualitativa entendida como processo integrado de aprender, comunicar e interferir em discursos. s/d. (mimeo).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Mapeamento nacional da situação do atendimento das unidades que executam medida de privação de liberdade ao adolescente em conflito com Lei**. [S.l.]: IPEA, 2002. Disponível em: <<http://www.unesco.org.br/pesquisa>>. Acesso em: 23 jul. 2005.

PAIXÃO, Antônio L. Crime, controle social e consolidação da democracia. In: REIS, F. W.; O'DONNELL, G. (Ed.). **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Vértice, 1988. p. 166-199.

PAUGAM, Serge. **Fragilização e ruptura dos vínculos sociais**: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ano 20, n. 60, p. 41-59, 1999.

PEMSEIS. Disponível em: <<http://www.stcas.rs.gov.br/fase/diretrizes.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2007.

POCHMANN, Marcio. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). **Juventude e Sociedade**. Trabalho, Educação, Cultura e Participação. São Paulo: Abramo, 2004, p. 217 -241.

_____. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.

PORTINARI, Denise B. **O discurso da homossexualidade feminina**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PRÁ, Jussara Reis. (Re) Socializar é preciso: aportes para uma releitura sobre gênero e juventude no Brasil. In: BAQUERO, Marcello (Org). **Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2004. p.79-119.

SAFFIOTI, H. I. B. No fio da navalha: Violência Contra Crianças e Adolescentes no Brasil Atual. In: MADEIRA, F.R. (Org.), **Quem Mandou Nascer Mulher?** São Paulo: Rosa dos Tempos, 1997, p. 134-211.

SARAIVA, João Batista Costa. **Adolescente em conflito com a lei**: da indiferença à proteção integral, uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SARTI, Cynthia Andersen. O jovem na família: o outro necessário. In: VANNUCHI, Paulo; NOVAES, Regina (Org.). **Juventude e Sociedade**. Trabalho, Educação, Cultura e Participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SETÚBAL, Aglair Alencar. **Análise de Conteúdo**: suas implicações nos estudos das comunicações. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (Coord). O uso de abordagens qualitativas em Serviço Social - Um instigante Desafio. Núcleo de estudos e Pesquisa Sobre Identidade-NEPI. PUCSP, Maio 1994.

SILVEIRA, Carmen Silveira. **Sobrevivendo no inferno**: a violência juvenil na contemporaneidade. Porto Alegre: Sulina, 2001.

SOARES, Bárbara M. & ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras**: vida e violência atrás das grades. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SOARES, Luis Eduardo. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: VANNUCHI, Paulo; NOVAES, Regina (Org.). **Juventude e Sociedade**. Trabalho, Educação, Cultura e Participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

TAKIUTI, Albertina Duarte. A saúde da mulher adolescente-1993. In: MADEIRA, F. R. (Org.). **Quem Mandou Nascer Mulher?** São Paulo: Rosa dos Tempos. Unicef, 1997, p. 341-402.

TRINDADE, Jorge. **Delinqüência Juvenil**. Compêndio Transdisciplinar. 3. ed. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2002.

UNESCO. **Políticas Públicas de/para/com juventudes**. Brasília, 2004.

URRUTIA, Verônica. **Gênero, identidade e espaço público**. Gênero: Núcleo Transdisciplinar de estudos de Gênero- NUTEG, Niterói, v. 1, n. 2, p. 17-32, 2001.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

VOLPI, Mario. **Sem Liberdade, sem direitos**: a privação de liberdade na percepção do adolescente. São Paulo: Cortez, 2001.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

WAISELFISZ, Julio Jacobo et al. **Relatório de desenvolvimento juvenil 2003**. Brasília: Unesco, 2004.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 35-82.

ZAFFARONI, E. R. A criminologia como instrumento de intervenção na realidade. **Revista da Escola do Serviço Penitenciário do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, ano 1, n. 4, jul./ago./set. 1990.

_____ et al. **Direito Penal Brasileiro, primeiro volume**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de pesquisa documental

Identificação:

Pesquisadora:

Data da coleta de dados:

Nome da adolescente:

Data de nascimento:

Número do processo:

Ato infracional:

MSE aplicada:

Filiação:

Endereço atual:

Telefone:

Dados Sociodemográficos:

Idade no ingresso:

Estudava no momento do ingresso?

Escolaridade no ingresso:

Etnia:

Naturalidade:

Configuração familiar:

Posição entre irmãos:

Nº de irmãos homens:

Nº de irmãs mulheres:

Renda familiar (em Salários-Mínimos):

Formas de subsistência:

Realização de trabalho laboral e/ou doméstico anteriormente ao ingresso no sistema socioeducativo:

Mendicância:

Prostituição:

Ato infracional como fonte de subsistência:

Políticas Públicas:

Acesso às Políticas Públicas? Quais?

Programa ao qual a família esteve vinculada, em período anterior ao ingresso no sistema socioeducativo (saúde, assistência social, educação - reprovação escolar, habitação, lazer/esporte/cultura), especificar qual e por quem foi acessado:

Programa a que a família tenha passado a se vincular, após o ingresso no sistema socioeducativo (saúde, assistência social, educação, habitação, lazer/esporte/cultura). Especificar qual e por quem foi acessado:

Violência/Gênero/Ato Infracional

Violência doméstica (agressão física, psicológica, negligência) na família?
Vítima, autor?

Sofreu abuso sexual? Quem era o abusador?

Membro da família envolvido em ato infracional? Quem?

Discriminação étnica: a quem, por quem, em que período?

Experiência familiar traumática (morte, abandono, separação dos pais...)?
Qual? Em que período de sua vida?

Maternidade, com que idade?

Uso de método anticoncepção, qual?

Uso de drogas pelo adolescente? Por familiares? Quem?

Idade no início do uso:

Tipo de substância:

Relação entre a experiência social com a violência e a condição de gênero das adolescentes:

Relação entre ato infracional e a condição de gênero da adolescente:

Relação entre a medida socioeducativa e a condição de gênero da adolescente:

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semi-estruturada com adolescente

Identificação:

Pesquisador:

Data:

Dados Gerais:

Local da Entrevista:

Horário de Início:

Horário de Término:

Nome do Adolescente:

Atenção: Apresentar-se dizendo o seu nome, situar os objetivos da pesquisa e da entrevista, apresentar o termo de consentimento informado, confirmando a disposição voluntária do (a) entrevistado (a) em participar da pesquisa, reiterando todas as garantias que constam do termo de consentimento. Somente após colher a assinatura do entrevistado (a) e de entregar-lhe uma cópia, dar início à entrevista.

- 1) Se você tivesse que se apresentar para mim, como se apresentaria? O que acharia importante contar a seu respeito?
- 2) Cite pessoas que considera importantes em sua vida.
- 3) Quem é a sua família?
- 4) Fale sobre a sua vida e a de sua família. (Explorar trajetória de vida, relações com a violência, gênero, políticas públicas e ato infracional).
- 5) De que tipos de serviços públicos (educação, saúde, lazer, assistência social) na tua comunidade você já participou? Obs: Explorar melhor encaminhamentos e participações; período em que participou; percepção do atendimento [...].

- 6) Como se sente sendo menina?
- 7) Você faz alguma ligação sobre ser menina e o ato infracional cometido?
- 8) Você já sofreu alguma violência, preconceito ou rejeição? Fale melhor sobre isso [...]
- 9) Cite três coisas que você mais gosta de fazer.
- 10) Cite três coisas que você não gosta de fazer.
- 11) Em sua vida até hoje, você já teve que cumprir com responsabilidades? Quais? Onde?
- 12) Você considera que tem problemas? Quais? Com quem você pode contar?
- 13) Fale um pouco da experiência de estar presa.
- 14) O que você acha que em sua vida contribuiu para o envolvimento com o ato infracional?
- 15) O que você acha que ajudaria você a não se envolver em novos atos infracionais?

Obs.: A ordem das questões poderá ser alterada conforme o curso da entrevista.

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista semi-estruturada com familiares

Identificação:

Pesquisador:

Data:

Dados Gerais:

Local da entrevista:

Horário de início:

Horário de término:

Nome do familiar:

Grau de parentesco:

Iniciar situando os objetivos da entrevista, ler e esclarecer dúvidas acerca do termo de consentimento informado, solicitando a assinatura da adolescente e a de seu responsável.

- 1) Conte-me um pouco sobre a vida de sua família. Situações que passaram juntas, situações difíceis, momentos de união.

- 2) Já tinha tido experiência na família com a justiça ou polícia, antes de sua filha (irmã, cunhada, esposa...) ter sido presa?

- 3) Você estudou? Até que ano?

- 4) Você trabalha? O que faz?

- 5) Quem são as pessoas que fazem parte da sua família?

- 6) Quais os tipos de serviços públicos (educação, saúde lazer, assistência social) que você utiliza em tua cidade ou comunidade? Como você chegou até eles? Qual a importância destes na vida da sua família?

7) Você tem problemas? O que ou como faz para resolvê-los? Com quem pode contar?

8) O que significou para a família a adolescente (nome desta) ter sido presa?

Obs:

- A ordem das questões poderá ser alterada conforme o curso da entrevista.
- A expressão “filha” será adaptada ao tipo de vínculo do familiar ou responsável pela adolescente.

APÊNDICE D - Termo de consentimento informado livre e esclarecido
(adolescentes)

Fui convidado (a) a participar de pesquisa sobre a vulnerabilidade penal de meninas, que está sendo realizada pela mestranda Malena Bello Ramos, como parte de sua dissertação de mestrado em Serviço Social na Faculdade de Serviço Social/PUCRS e fui informada que os objetivos do estudo são:

- a) Conhecer e analisar as relações existentes entre a questão de gênero e vulnerabilidade penal em meninas privadas de liberdade.
- b) Identificar as experiências sociais das meninas privadas de liberdade que contribuem para a sua vulnerabilidade penal e quais as estratégias de enfrentamento utilizadas.
- c) Analisar o significado das políticas públicas na experiência social das meninas privadas de liberdade e as suas repercussões na vulnerabilidade penal de gênero.
- d) Analisar até que ponto a privação de liberdade das meninas acaba-se constituindo em mecanismo invertido de acesso às políticas públicas.

Disponho-me a participar de entrevista, que será gravada, e tenho o direito de não responder determinadas questões, sem necessitar expor minhas razões ou, ainda, de deixar de participar da pesquisa em qualquer momento. Fui informado (a) de que não receberei nenhum benefício direto pela participação, mas contribuirei quanto aos resultados da pesquisa, que poderão ajudar as outras adolescentes e os seus familiares.

Os dados poderão ser utilizados em publicações e apresentações de congressos e similares, preservando a identidade dos sujeitos.

Foi assegurado pela pesquisadora que não serei identificado (a) no relatório da pesquisa e demais publicações. As informações dadas serão utilizadas de modo conjunto aos dados de outros adolescentes, assim como não poderão ser utilizadas para fins de avaliação do cumprimento da medida socioeducativa pelo Sistema de Justiça. Autorizo a gravação da entrevista, a qual terá a duração aproximadamente de uma hora.

Declaro estar ciente do teor deste documento, de que recebi cópia e garantia de qualquer resposta a qualquer pergunta sobre a pesquisa, com o qual concordo.

Porto Alegre.....de.....de 2006

Responsável pela adolescente - documento de identidade

Adolescente - documento de identidade

Pesquisadora: Malena Bello Ramos

Orientadora: Professora Dra. Beatriz Aginsky

Obs: Em caso de necessidade de qualquer esclarecimento, pode-se entrar em contato com Malena pelo telefone 39016814 - CASEF-FASE ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS pelo fone 33203345.

APÊNDICE E - Termo de consentimento informado livre e esclarecido (familiar)

Fui convidado (a) a participar de pesquisa sobre a vulnerabilidade penal de meninas privadas de liberdade que está sendo realizada pela mestranda Malena Bello Ramos, como parte de sua dissertação de mestrado em Serviço Social na Faculdade de Serviço Social/PUCRS e fui informada dos objetivos do estudo que são:

- a) Conhecer e analisar as relações existentes entre a questão de gênero e vulnerabilidade penal em meninas privadas de liberdade.
- b) Identificar as experiências sociais das meninas privadas de liberdade que contribuem para a sua vulnerabilidade penal e quais as estratégias de enfrentamento utilizadas.
- c) Analisar o significado das políticas públicas na experiência social das meninas privadas de liberdade e as suas repercussões na vulnerabilidade penal de gênero.
- d) Analisar até que ponto a privação de liberdade das meninas acaba-se constituindo em mecanismo invertido de acesso às políticas públicas.

Disponho-me a participar de entrevista, que será gravada, e tenho o direito de não responder determinadas questões, sem necessitar expor minhas razões ou, ainda, de deixar de participar da pesquisa em qualquer momento. Fui informado (a) de que não receberei nenhum benefício direto pela participação, mas contribuirei quanto aos resultados da pesquisa, que poderão ajudar as outras adolescentes e os seus familiares.

Os dados poderão ser publicados e/ou apresentados em congressos e similares, preservando-se a identidade dos sujeitos.

Foi assegurado pela pesquisadora que não serei identificado (a) no relatório da pesquisa e demais publicações. As informações dadas serão utilizadas de modo conjunto aos dados de outros adolescentes, assim como não poderão ser utilizadas para fins de avaliação do cumprimento da medida socioeducativa pelo Sistema de Justiça. Autorizo a gravação da entrevista, a qual terá a duração aproximadamente de uma hora.

Declaro estar ciente do teor deste documento, de que recebi cópia e garantia de qualquer resposta a qualquer pergunta sobre a pesquisa, com o qual concordo.

Porto Alegre, _____ de _____ de 2006.

Familiar ou responsável pela adolescente - documento de identidade

Pesquisadora: Malena Bello Ramos

Orientadora: Professora Dra. Beatriz Aginsky

Obs: Em caso de necessidade de qualquer esclarecimento, pode-se entrar em contato com Malena pelo telefone 39016814 - CASEF-FASE ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS, fone 33203345.

ANEXOS

ANEXO A - Autorização da Presidente da FASE



SECRETARIA DO TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL

DECLARAÇÃO

Eu, Jane Aline Kühn, presidente da FASE – RS, declaro que conheço o projeto de pesquisa “**A construção social da vulnerabilidade penal das adolescentes do sexo feminino privadas de liberdade**”, da mestrandia Malena Bello Ramos, sob orientação da Profª. Drª. Beatriz Aginsky e autorizo a coleta de dados nesta instituição, após aprovação do referido projeto pelos órgãos competentes.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Jane Aline Kühn', is written over a horizontal line. The signature is fluid and cursive.

Jane Aline Kühn

Presidente FASE-RS

Porto Alegre, 13 de março de 2006.

ANEXO B - Autorização do Sr. Juiz da 3ª Vara da Infância e Juventude



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
 FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO Mestrado e Doutorado

Porto Alegre, 15 de março de 2006.

Senhor Juiz:

Pela presente, apresento a mestranda MALENA BELLO RAMOS, aluna do Programa de Pós-Graduação – Mestranda da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Colho a oportunidade para solicitar Vossa colaboração autorizando a mestranda a coletar os dados para o desenvolvimento de sua pesquisa de campo nesta instituição, com o intuito de elaborar sua Dissertação de Mestrado. A pesquisa refere-se à construção social da vulnerabilidade penal em adolescentes do sexo feminino privadas de liberdade, conforme projeto em anexo.

Os procedimentos de pesquisa propostos envolvem a consulta aos dados no Sistema Informatizado do Juizado da Infância e Juventude, a análise documental dos prontuários institucionais das adolescentes e a realização de entrevistas com adolescentes e os seus familiares.

Exmo. Dr. Leoberto Brancher

Juiz Regional da Infância e Juventude da Comarca de Porto Alegre

Autorizo, sob a contrapartida de apresentação de resultados, a coleta de dados em 31/03.

ANEXO C - Parecer Científico



Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Porto Alegre, 30 de abril de 2006

PARECER

Nome da mestranda: Malena Bello Ramos

Nome da orientadora: Prof. Dra. Beatriz Gerhenson Aguinsky

Título do projeto: "A Construção Social da Vulnerabilidade Penal de Gênero"

A temática de pesquisa é atual e relevante e está inserida nas linhas de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Serviço Social, mais especificamente na linha de serviço social e políticas sociais. O referencial teórico é consistente, atualizado e pertinente ao objeto de estudo.

Em relação aos procedimentos metodológicos, estão bem delineados, objetivos bem claros e definidos e a autora especifica os critérios de inclusão e exclusão da amostra.

Em relação aos aspectos éticos da pesquisa, o projeto atende os pressupostos éticos e o Código de Ética Profissional, sendo considerado APROVADO.

PUCRS

Campus Central
Av. Ipiranga, 6681-P. 15-sala 330-CEP90619-900
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3539 - Fax (51) 3320-3606
E-mail: servico-social-pg@puccrs.br
www.puccrs.br/fss/pos

ANEXO D - Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP - PUCRS



Ofício 567/06-CEP

Porto Alegre, 29 de maio de 2006.

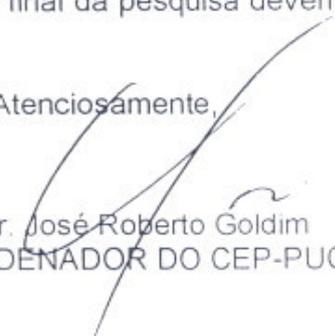
Senhor(a) Pesquisador(a)

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS apreciou e aprovou seu protocolo de pesquisa registro CEP 06/03130, intitulado: **"A construção social da vulnerabilidade penal em adolescentes do sexo feminino privadas de liberdade"**.

Sua investigação está autorizada a partir da presente data.

Relatórios parciais e final da pesquisa devem ser encaminhados a este CEP.

Atenciosamente,


Prof. Dr. José Roberto Goldim
COORDENADOR DO CEP-PUCRS

Ilmo(a) Sr(a)
Mest Malena Bello Ramos
N/Universidade

